

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MAGALI GARCIA ALMEIDA

**A CONSTRUÇÃO DO POSICIONAMENTO ANTIFEMINISTA:
INTERINCOMPREENSÃO E CONSTRUÇÃO DE SIMULACROS**

UBERLÂNDIA

2022

MAGALI GARCIA ALMEIDA

**A CONSTRUÇÃO DO POSICIONAMENTO ANTIFEMINISTA:
INTERINCOMPREENSÃO E CONSTRUÇÃO DE SIMULACROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Orientadora: Prof.^a Fernanda Mussalim
Guimarães Lemos Silveira

UBERLÂNDIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
 Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 1G256 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4102/4355 - www.ileel.ufu.br/ppgel - secppgel@ileel.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico - PPGEL				
Data:	Vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	12:00
Matrícula do Discente:	11922ELI012				
Nome do Discente:	Magali Garcia Almeida				
Título do Trabalho:	A construção do posicionamento antifeminista: interincompreensão e construção de simulacros				
Área de concentração:	Estudos em Linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A cena de enunciação como lócus teórico metodológico de abordagem da relação linguagem-cognição e como embreagem discursivo cognitiva em interações				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-Ardenghi - (UFMT); Manuel José Veronez de Sousa Júnior (UEMG); Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira (UFU); orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/05/2022, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-Ardenghi, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuel José Veronez de Sousa Júnior, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3626526** e o código CRC **1E745AEB**.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A447 Almeida, Magali Garcia, 1966-
2022 A CONSTRUÇÃO DO POSICIONAMENTO ANTIFEMINISTA:
INTERINCOMPREENSÃO E CONSTRUÇÃO DE SIMULACROS [recurso
eletrônico] / Magali Garcia Almeida. - 2022.
78 f. : il.

Orientadora: Fernanda Mussalim Guimarães Lemos
Silveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Estudos Linguísticos.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.229>

Inclui bibliografia.

1. Linguística. I. Silveira, Fernanda Mussalim
Guimarães Lemos, 1966-, (Orient.). II. Universidade
Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Estudos
Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

MAGALI GARCIA ALMEIDA

**A CONSTRUÇÃO DO POSICIONAMENTO ANTIFEMINISTA:
INTERINCOMPREENSÃO E CONSTRUÇÃO DE SIMULACROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Uberlândia, 25 de maio de 2022.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira – UFU

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-Ardenghi - UFMT

Prof. Dr. Manuel José Veronez de Sousa Júnior - UEMG

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua bondade eterna e por me brindar a vida todos os dias;

À Fernanda, pela orientação, pela confiança em meu trabalho e por todos os seus ensinamentos;

À professora Heloisa Mendes pelo incentivo para iniciar este trabalho;

Aos professores que compuseram minhas bancas de qualificação e de defesa, Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-Ardenghi, Prof. Dr. Manuel José Veronez de Sousa Júnior;

Aos meus companheiros do Círculo de Estudos do Discurso (CED), pelas discussões que contribuíram imensamente para minha pesquisa;

Ao meu querido companheiro de estudos Bruno Drighetti, por escutar-me e por todas as suas contribuições a esta pesquisa;

A minha querida mãe, Elena, pelo amor incondicional;

Aos meus amados filhos Pablo e Alejandra pelo apoio;

Ao meu marido e companheiro de jornada, pelo incentivo;

À minhas amigas, Elaina e Káthia, por sempre acreditarem em mim.

Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade
seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Esta pesquisa descreve e analisa a polêmica entre os posicionamentos antifeminista e feminista, que ganha visibilidade no livro *Feminismo: Perversão e Subversão* de autoria da Ana Caroline Campagnolo, publicado no Brasil em janeiro de 2019, e posto a circular como um discurso antifeminista oficial. Para tal, mobilizaremos como base teórico-metodológica a Análise do Discurso de linha francesa, especificamente o postulado do primado do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008b), que envolve a consideração da polêmica, da interincompreensão e do simulacro. Para além disso, foi necessário recorrer às noções de aforização e destacabilidade postuladas por Maingueneau (2008a; 2010; 2013; 2014), para aprofundar nossas análises. Com base nesse quadro teórico, nosso objetivo é analisar a polêmica que o livro acima referido, instaura com o movimento feminista em geral e como citações diretas de livros feministas são inseridas na obra de Campagnolo. Trata-se de uma obra que revê a trajetória do feminismo, confrontando-a com várias obras de autoras que formam parte da história do movimento feminista. Assim, como *corpus* complementar, selecionamos algumas obras que são citadas no livro, a saber, livros feministas emblemáticos como: *Reivindicação dos direitos da mulher* (2016) de Mary Wollstonecraft; *Política sexual* (1974) de Kate Millett; *O segundo sexo* (2016) de Simone de Beauvoir; *Problemas de Gênero* (2020) de Judith Butler; e *A sujeição das mulheres* (2019) de Stuart Mill. O procedimento analítico possibilitou identificar aspectos relevantes sobre a constituição do posicionamento discursivo antifeminista, dentre os quais talvez o mais relevante seja o seguinte: os fragmentos de livros feministas encontrados no livro de Campagnolo são ressignificados de acordo com as coerções impostas pelo funcionamento do sistema de restrições semânticas da formação discursiva (FD) antifeminista, que constrói simulacros de seu Outro, a fim de validar-se a si mesmo. A relevância da realização dessa pesquisa relaciona-se não apenas à possibilidade de, mais uma vez, demonstrar a produtividade do postulado do primado do interdiscurso como viés explicativo para a gênese de novos posicionamentos discursivos, mas também à possibilidade de trazer, para o centro das reflexões de pesquisas forjadas nas Ciências Sociais, uma temática tão constitutiva do perfil de nossas sociedades contemporâneas, a saber, a da problemática do gênero.

Palavras-chaves: Análise do discurso; Interdiscurso; polêmica e construção de simulacros; aforização e destacabilidade; feminismo e antifeminismo.

RESUMEN

Esta pesquisa describe y analiza la polémica entre posicionamientos antifeministas y feministas, que ganan visibilidad en el libro *Feminismo: Perversão e Subversão* de Ana Caroline Campagnolo, publicado en Brasil en enero de 2019 y considerado como un discurso oficial antifeminista. Para ello, utilizaremos como base teórico-metodológica el Análisis del Discurso francés, específicamente el postulado de la primacía del interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008b), que implica la consideración de la polémica, la interincomprensión y el simulacro. Además, para profundizar nuestros análisis fue necesario recurrir a las nociones de aforización y destacabilidad postuladas por Maingueneau (2008a; 2010; 2013; 2014). Partiendo de este marco teórico, nuestro objetivo es analizar la polémica que dicho libro establece con el movimiento feminista en general, así como el uso de citas directas de libros feministas en la obra de Campagnolo. *Feminismo: Perversão e Subversão* repasa la trayectoria del feminismo, estableciendo una relación de oposición con varias obras de autoras que forman parte de la historia del movimiento feminista. Como *corpus* complementario, seleccionaremos algunas obras que se citan en el libro, a saber, libros feministas emblemáticos como: *Reivindicação dos direitos da mulher* (2016) de Mary Wollstonecraft; *Política sexual* (1974) de Kate Millett; *O segundo sexo* (2016) de Simone de Beauvoir; *Problemas de Género* (2020) de Judith Butler; e *A sujeição das mulheres* (2019) de Stuart Mill. El procedimiento analítico permitió identificar aspectos relevantes sobre la constitución de la formación discursiva (FD) antifeminista, entre los cuales quizás el más relevante sea el siguiente: los fragmentos de libros feministas que se encuentran en el libro de Campagnolo se resignifican de acuerdo con las coerciones impuestas por el funcionamiento del sistema de restricciones semánticas de la formación discursiva antifeminista, que construye simulacros de su Otro, para validarse a sí mismo.

La relevancia de realizar esta investigación se centra en dos puntos principales: en primer lugar, la posibilidad de, una vez más, demostrar la productividad del postulado de la primacía del interdiscurso como sesgo explicativo para la génesis de nuevas posiciones discursivas y, en segundo lugar, la ocasión de traer, al centro de reflexiones de investigaciones fraguadas en las Ciencias Sociales, un tema tan constitutivo del perfil de nuestras sociedades contemporáneas como lo es la cuestión de género.

Palabras clave: Análisis del discurso; interdiscurso; polémicas y construcción de simulacros; aforización y destacabilidad; feminismo y antifeminismo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Semas valorizados pelos sistemas de restrições antifeminista e feminista.....	55
Quadro 2 - Semas valorizados pelos sistemas de restrições antifeminista e feminista	61
Quadro 3 - Semas valorizados pelos sistemas de restrições antifeminista e feminista	66
Quadro 4 - Semas valorizados pelos sistemas de restrições antifeminista e feminista	70
Quadro 5 - Semas valorizados pelos sistemas de restrições antifeminista e feminista	74
Quadro 6 - Semas valorizados pelos sistemas de restrições antifeminista e feminista	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
1.1 Considerações iniciais.....	13
1.2 Gênese dos discursos.....	13
1.3 Aforização e destacabilidade.....	18
2 DO FEMINISMO AO ANTIFEMINISMO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS	21
2.1 Considerações iniciais.....	21
2.2 O feminismo.....	21
2.3 O antifeminismo	26
3 APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1 Considerações iniciais.....	28
3.2 Feminismo: perversão e subversão	29
3.2.1 Capítulo 1 - <i>Contestação moral-religiosa e educação</i>	30
3.2.2 Capítulo 2 - <i>Inserção da mulher no universo masculino</i>	31
3.2.3 Capítulo 3 - <i>Reprodução feminina do vício masculino</i>	36
3.2.4 Capítulo 4 - <i>Subversão das identidades</i>	41
3.2.5 Capítulo 5 - <i>O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista</i>	44
4 ANÁLISE do <i>CORPUS</i>	49
4.1 Considerações iniciais.....	49
4.2 Análise capítulo I - <i>Contestação moral-religiosa e educação</i>	50
4.2.1 <i>Análise 1</i>	50
4.2.2 <i>Análise 2</i>	52
4.2.3 <i>Análise 3</i>	53
4.3 Análise capítulo II - <i>Inserção da mulher no universo masculino</i>	56
4.3.1 <i>Análise 4</i>	57
4.3.2 <i>Análise 5</i>	58
4.4 Análise capítulo III - <i>Reprodução feminina do vício masculino</i>	62
4.4.1 <i>Análise 6</i>	62

4.4.2 <i>Análise 7</i>	64
4.5 Análise capítulo IV: Subversão das identidades	66
4.5.1 <i>Análise 8</i>	67
4.5.2 <i>Análise 9</i>	68
4.6 Análise capítulo V: O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista	71
4.6.1 <i>Análise 10</i>	71
4.6.2 <i>Análise 11</i>	73
4.7 Quadro de análises.....	75
CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado fundamenta-se na teoria de Análise do Discurso de linha francesa, especificamente nas propostas de Dominique Maingueneau (2008b) em torno do primado do interdiscurso, que implica a consideração da polêmica, da interincompreensão e do simulacro. Serão também explorados os conceitos de aforização e destacabilidade (2008a; 2010; 2013; 2014) do mesmo autor.

O objetivo de pesquisa é, fundamentalmente, descrever e analisar a polêmica entre os posicionamentos antifeminista e feminista, que ganharam visibilidade no livro *Feminismo: perversão e subversão* da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo, do Partido Social Liberal (PSL), publicado no Brasil em janeiro de 2019 e posto a circular como um discurso antifeminista oficial. Para cumprir tal propósito analisaremos citações diretas provenientes de obras feministas, citadas e ressignificadas no referido livro, ou seja, no discurso antifeminista.

Desse modo, o *corpus* principal de análise desta dissertação é composto pela referida produção de Campagnolo e o *corpus* de análise complementar é extraído das seguintes obras feministas: *Reivindicação dos direitos das mulheres* de Mary Wollstonecraft (2016); *Política sexual* de Kate Millett (1974); *O segundo sexo: fatos e mitos* de Simone de Beauvoir (2016), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* de Judith Butler (2020), *A sujeição das mulheres* de Stuart Mill (2019). A seleção do *corpus* complementar se justifica pelo fato de esses autores serem mencionadas e parte de suas obras citadas no livro que constitui o *corpus* de análise principal da pesquisa.

O objetivo central do trabalho é verificar como a relação interdiscursiva polêmica que o posicionamento antifeminista mantém com o posicionamento feminista produz interincompreensão, analisando, de maneira específica, o modo como as referências (diretas ou indiretas) feitas por Campagnolo a obras feministas – destacando seus trechos e incorporando-os – constroem simulacros do discurso feminista.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a relevância desta dissertação se relaciona com a possibilidade de, mais uma vez, demonstrar a produtividade do postulado do primado do interdiscurso como viés explicativo para a gênese de novos posicionamentos discursivos. Do ponto de vista social, sua realização se justifica em função da possibilidade de trazer, para o centro das reflexões de pesquisas forjadas nas Ciências Sociais, uma temática tão constitutiva do perfil das sociedades contemporâneas, a saber, a da problemática do gênero.

A presente pesquisa está organizada em quatro capítulos: 1) *Fundamentação teórica*; 2) *Do Feminismo ao Antifeminismo: apontamentos históricos*; 3) *Apresentação do corpus de análise e dos procedimentos metodológicos*; 4) *Análise do corpus*.

No primeiro capítulo, *Fundamentação teórica*, serão evidenciados os postulados teóricos elaborados por Dominique Maingueneau (2008b), em *Gênese dos discursos*, que irão respaldar este trabalho. Também serão mobilizados os conceitos de destacabilidade e aforização do mesmo autor (MAINGUENEAU, 2008a, 2010, 2013, 2014).

Em seguida, o segundo capítulo, *Do Feminismo ao Antifeminismo: apontamentos históricos*, apresentará um breve percurso histórico sobre o movimento feminista, de forma a pincelar as três ondas que o constituem, sem, contudo, abordar suas variadas vertentes de maneira aprofundada. Serão também realizados alguns apontamentos sobre o antifeminismo.

O terceiro capítulo, *Apresentação do corpus de análise e dos procedimentos metodológicos*, abordará os passos e motivações para seleção do *corpus* principal e complementar deste trabalho. Para tanto, será feita uma resenha do livro *Feminismo: perversão e subversão*, elaborada de maneira a seguir a estrutura de capítulos da obra.

O quarto capítulo, *Análise do corpus*, trará diversas análises do *corpus*, por meio de uma subdivisão em cinco seções, referentes aos capítulos da obra de Campagnolo: a) “Contestação moral e religiosa” (análises 1, 2 e 3); b) “Inserção da mulher no universo masculino” (análises 4 e 5); c) “Reprodução feminina do vício masculino” (análises 6 e 7); d) “Subversão de identidades” (análises 8 e 9); e) “O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista” (análises 10 e 11).

Por fim, apresentaremos as considerações finais da pesquisa.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, apresentaremos alguns postulados teóricos apresentados em *Gênese dos discursos* (2008b), bem como os conceitos de destacabilidade e aforização do mesmo autor (MAINGUENEAU, 2008a, 2010, 2013, 2014).

1.2 Gênese dos discursos

Gênese dos discursos está dividido em sete capítulos que abordam sete hipóteses a respeito do funcionamento discursivo, tal como concebido pelo teórico Dominique Maingueneau (2008b). A compreensão desses aspectos é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, especialmente o entendimento da noção de polêmica como interincompreensão.

No primeiro capítulo, *Primado do interdiscurso*, o autor postula que na heterogeneidade enunciativa, mais especificamente na heterogeneidade constitutiva, é possível notar a presença do Outro em um discurso, mesmo quando marcas não forem visivelmente identificáveis. De acordo com Maingueneau (2008b), a heterogeneidade constitutiva não pode ser apreendida por uma análise linguística *stricto sensu*. Neste capítulo, o autor também reformula o conceito de interdiscurso anteriormente desenvolvido na *Análise do Discurso*, substituindo-o pela tríade: *universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo*.

O *universo discursivo* diz respeito a um conjunto composto por todos os tipos de formações discursivas que existem em uma mesma conjuntura, ou seja, em um espaço e tempo específicos. Para o autor, o universo discursivo é de pouca utilidade para o analista, embora essa noção delimite, de algum modo, o horizonte a partir do qual são construídos domínios suscetíveis de serem estudados, como os campos discursivos (MAINGUENEAU, 2008b).

O *campo discursivo*, por sua vez, é entendido como o conjunto de formações discursivas que travam uma concorrência entre si, circunscrevendo-se reciprocamente em um lugar determinado do universo discursivo, podendo tal concorrência ocorrer na forma de enfrentamento, aliança ou até mesmo de uma neutralidade aparente. Tal embate ocorre entre discursos com mesma função social, mas discordantes entre si a respeito do modo pelo qual essa função deve ser preenchida. É no interior de um campo que se constitui um discurso e “essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 34). Entretanto, isso não significa que

todos os discursos se desenvolvam da mesma forma dentro de um campo e tampouco que seja possível determinar desde o princípio as modalidades das relações entre as formações discursivas que o compõem.

Considerando tais delimitações, Maingueneau propõe que se isole, no campo, o *espaço discursivo*, ou seja, o subconjunto de formações discursivas que o analista acredita ser relevante colocar em relação, segundo seus objetivos. Esse subconjunto é resultado de hipóteses, fundamentadas no conhecimento obtido a partir de textos avaliados e de hipóteses históricas, que podem ser confirmadas, ou não, durante a realização da pesquisa.

Para dar visibilidade a sua proposta, Maingueneau analisou os modos de constituição de dois discursos (posicionamentos/formações discursivas) do campo religioso do século XVII: o discurso humanista devoto e o discurso jansenista, explorando o princípio do primado do interdiscurso, que implica construir “um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 35-36). Nesse sentido, o interdiscurso tem primazia sobre o discurso, uma vez que é na interdiscursividade que a relação do Mesmo com o Outro toma forma, de modo que o “Outro não deve ser pensado como uma espécie de ‘invólucro’ do discurso, ele mesmo considerado como o invólucro de citações tomadas em seu fechamento.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 36).

A segunda hipótese, apresentada no capítulo *Uma competência discursiva*, propõe o modelo de um “sistema de restrições semânticas” em substituição aos conceitos de “gramática do espaço discursivo” e “gramática do discurso”, por não pretender atuar sobre o plano da língua e sim do discurso. Essa escolha se justifica na medida em que não é possível criar a gramática de um discurso, pois “[...] não existe uma ‘língua’ específica a um discurso, mas enunciados gramaticais do português, submetidos a restrições específicas que fazem com que esses enunciados façam parte desse ou daquele discurso.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 47). Logo, a noção de sistema de restrições semânticas é considerada como sendo mais adequada, pois define operadores de individuação que fixam critérios para definir se um texto pertence ou não a uma formação discursiva. Além disso, esse sistema regula o que pode ser dito a partir de um determinado discurso, devendo o enunciador ser capaz de reconhecer os enunciados pertencentes a sua formação discursiva, bem como de produzi-los de maneira adequada.

A terceira hipótese, apresentada no capítulo *Uma semântica global*, refere-se à ideia de que o sistema de restrições semânticas rege todas as dimensões do discurso e funciona como uma rede de restrições. Uma das dimensões consideradas por Maingueneau é a intertextualidade. O autor diferencia o intertexto de um discurso de sua intertextualidade: o

primeiro se refere ao “conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente”; enquanto a segunda abrange “tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 77). A intertextualidade é um dos fenômenos enunciativos que delimita a competência discursiva de uma determinada formação discursiva, de modo que um discurso não é um texto isolado, solitário, mas um produto resultante do cruzamento de outros textos.

O vocabulário é outro plano constituinte da semântica global. Em conformidade com Maingueneau (2008b, p. 81, grifo do autor), a palavra isolada não se sustenta, uma vez que, de acordo com cada discurso, os termos assumem valores diferentes: entre “vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo”.

O tema de um discurso também constitui um plano da semântica global e, em termos gerais, pode ser descrito como “aquilo de que um discurso trata em qualquer nível que seja” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81), sendo que sua especificidade é dada em função do tratamento semântico dado a esse tema no discurso.

O estatuto de enunciador e de destinatário é outro plano constitutivo da semântica global. Segundo Maingueneau, quando se trata de discurso tanto o enunciador quanto o destinatário dispõem de um lugar e, nesse espaço, o primeiro projeta uma imagem de si no discurso, a partir da qual ele se legitima. Associado ao estatuto de enunciador e destinatário, o discurso abarca uma série de marcas que o situam no espaço e no tempo: trata-se da dêixis discursiva. Essa propriedade, “em sua dupla modalidade espacial e temporal, define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 89, grifos do autor). No entanto, a dêixis não implica necessariamente marcas empíricas; ela estabelece uma cena e uma cronologia consoantes às coerções de determinada formação discursiva.

O modo de enunciação também integra a semântica global: “o discurso produz um espaço onde se desdobra uma ‘voz’ que lhe é própria”, mas não “se trata de fazer um texto mudo falar, mas de circunscrever as particularidades da voz que sua semântica impõe.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 91).

Finalmente, o modo de coesão é outro plano discursivo regido pelo sistema de restrições semânticas de um discurso, e corresponde à interdiscursividade própria de cada formação discursiva, que dispõe de uma maneira particular de construir seus intradiscurso (parágrafos, capítulos, argumentos etc). Nesse sentido, todas essas unidades apresentadas são consideradas constituintes de um discurso, não podendo fugir à semântica global, de modo que “as restrições

da semântica global não se destinam somente a analisar ‘ideias’. Elas especificam o funcionamento discursivo que, em graus diversos, investiu as vivências dos sujeitos” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 96).

A quarta hipótese, apresentada no capítulo *A polêmica como interincompreensão*, diz respeito ao fenômeno da interincompreensão, que se dá no interior de um campo discursivo em função da interação semântica entre as formações discursivas. Um espaço discursivo determinado pressupõe a coexistência de um Mesmo e de um Outro que se opõem. Em outras palavras, enunciar conforme as regras de um discurso específico implica a não compreensão de enunciados do Outro. Conforme Maingueneau, a interincompreensão é mais do que uma troca entre discursos, pois ela abrange um procedimento de interpretação recíproca (que inclui semas “positivos”, reivindicados, e semas “negativos”, rejeitados pelos discursos em relação), por meio do qual cada formação discursiva só compreenderá o seu Outro de acordo com sua própria posição discursiva. Em função disso, um discurso só pode ler seu Outro por meio da construção de simulacros:

enunciados do Outro são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente como simulacro que dele constrói. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 100).

Assim, quando o autor postula que a interpretação que um discurso faz de seu Outro se dá como um processo de tradução, ele não está, evidentemente, referindo-se a uma tradução entre línguas diferentes, mas sim de um discurso para outro, tomando como base o sistema de restrições semânticas da formação discursiva. Para explicar esse processo de tradução interdiscursiva, o autor ainda distingue, em relação ao espaço discursivo, o *discurso-agente* (discurso tradutor) e o *discurso-paciente* (discurso traduzido) e afirma que a tradução que um discurso faz do outro se dá por meio de um processo de interincompreensão que impossibilita o *discurso-agente* de traduzir o *discurso-paciente* tal como ele é, mas apenas sob a forma de simulacros que dele constrói.

A concepção de interincompreensão é fundamental para o tratamento da polêmica, mesmo que seja comumente entendida como um tipo de conflito na superfície linguística, marcada por controvérsias explícitas. Entretanto, Maingueneau (2008b, p. 107) distingue dois níveis de funcionamento da polêmica: o dialógico (referente à heterogeneidade constitutiva) e o propriamente polêmico (referente à heterogeneidade mostrada). No primeiro, os discursos se relacionam constantemente, imbricam-se sem que haja citação aparente, ou seja, sem qualquer evidência de heterogeneidade na superfície linguística. Quanto ao segundo, considera-se que a heterogeneidade, os conflitos e as contraposições estejam marcados na superfície linguística.

De todo modo, para o autor, a polêmica não é um conflito originário do exterior, que se agrega a um discurso por direito autossuficiente, mas é inerente às suas condições de possibilidade. Não obstante, Maingueneau considera que a citação exerce um papel importante dentro de um discurso, já que, quando é utilizada em forma de discurso direto, tem efeito de fala de um enunciador, por meio da qual pode ser possível “reafirmar” posições discursivas:

o discurso direto (DD) não se contenta em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, mas ainda simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado (MAINGUENEAU, 2013, p. 181).

A polêmica, pois, é uma “espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 108).

A quinta hipótese, apresentada no capítulo *Do discurso à prática discursiva*, refere-se à ideia de que o objeto de análise do quadro teórico proposto pelo autor não é prioritariamente o discurso verbal, mas as práticas discursivas. De acordo com ele, a mudança de um discurso para outro provoca alterações na estrutura, nos espaços e no funcionamento institucional do grupo. Assim, tanto o discurso quanto a instituição são regidos pelo mesmo sistema de restrições e são parte da mesma dinâmica, ou seja, a instituição não pode ser vista como “suporte” para o discurso, nem mesmo anterior a ele.

A sexta hipótese, apresentada no capítulo *Uma prática intersemiótica*, considera que o sistema de restrições semânticas próprias de um discurso não se restringe ao domínio textual, mas se estende às produções discursivas não verbais, por compreender que a prática discursiva é também intersemiótica e integra produções de diversos domínios semióticos, como o pictórico, o musical, o vestuário, a dança, a fotografia, a pintura, dentre outros. Dessa maneira, o sistema de restrições semânticas ainda define os critérios que determinam se uma prática discursiva não verbal pertence ou não à determinada formação discursiva.

Por sua vez, a sétima e última hipótese, apresentada no capítulo *Um esquema de correspondência*, refere-se à existência de um esquema de correspondência entre funcionamento de formações discursivas de diferentes campos, uma vez que as práticas discursivas são inscritas sócio-historicamente; entretanto, por não dispor de uma teoria de conjunto sobre a inscrição sócio-histórica do discurso, Maingueneau fala em “isomorfismo” entre estruturas discursivas. Dessa perspectiva, a formação discursiva pode ser considerada a partir de um *esquema de correspondência*. A fim de corroborar essa hipótese e compreender como e por que um certo discurso se torna dominante em determinado momento histórico, o

autor examina, por exemplo, o pertencimento de Pascal, autor jansenista e um dos fundadores da ciência clássica, aos domínios contraditórios e excludentes dos discursos devoto e científico. Nessa análise, verifica, dentre outros aspectos, que um discurso dominante de um campo pode estar associado a isomorfismos capazes de justificar como e por que ele se constitui como dominante.

Em função dos objetivos desta pesquisa e da especificidade do *corpus* de análise, mobilizaremos, do quadro teórico apresentado, os conceitos de polêmica, interincompreensão e simulacro.

1.3 Aforização e destacabilidade

Segundo Dominique Maingueneau (2006), a aforização pode ser entendida tanto como um regime de enunciação que mina a textualização, quanto como um enunciado que foi destacado do texto-fonte: enunciados ou imagens destacados de seus cotexto e contexto originais são postos a circular de forma independente, interpelando o leitor/ouvinte a lhes dar uma interpretação, muitas vezes, descolada de seus “sentidos primeiros”.

Conforme esclarece o autor, podem ser considerados “enunciados destacados”: citações célebres, títulos de artigos, slogans, máximas etc. Não raras vezes é possível encontrar, em um texto, enunciados destacados de seus cotextos e contextos originais, o que coloca esse fenômeno discursivo na lista de questões relevantes aos analistas do discurso. Conforme Dominique Maingueneau (2014), para analisarmos tal fenômeno, não basta averiguar de que modo os enunciados destacados funcionam em outros textos, mas também como eles se apresentam em seus textos-fonte antes do destacamento. Além disso, o autor afirma que é possível selecionar, em textos diversos, enunciados que se apresentam como destacáveis, isto é, enunciados “demarcados” como fortes candidatos à destextualização, fenômeno a que o autor refere-se como sobreasseveração (MAINGUENEAU, 2006).

Para ele, esse aspecto “abre a possibilidade de uma “*destextualização*” (MAINGUENEAU, 2014, p. 15, grifo do autor), definida como um processo por meio do qual um enunciado é destacado de um texto-fonte e passa a circular de maneira independente (como um ditado ou máxima, por exemplo) ou em outro texto (no caso de textos jornalísticos, por exemplo, como manchete de imprensa, título ou intertítulo). O aforizador, ao destacar enunciados, isto é, ao colocar em evidência determinados enunciados e não outros, silencia sentidos, (re)construindo um caminho de interpretação para seu leitor, que vai além (ou que são

completamente diferentes) dos efeitos de sentidos possibilitados por tais enunciados quando considerados em seus (co)textos e contextos de origem.

Maingueneau (2014) esclarece que, geralmente, um excerto sobreasseverado (“demarcado” no texto-fonte como forte candidato à destextualização, devido a características de diversas ordens), é uma sequência breve, memorizável, que constitui uma tomada de posição do enunciador sobre uma questão polêmica e que poder ser marcada de formas diferentes:

- por uma posição saliente, principalmente o *incipit* ou o fecho de uma unidade textual (no escrito: parágrafo, seção, capítulo...);
- por um valor generalizante ou genérico;
- por uma estruturação pregnante do seu significante (simetria, silepse...) e/ou do significado (metáfora, quiasmo...);
- pelo metadiscorso: em particular por meio de retomadas categorizantes (“esta verdade essencial...”) ou de conectores de reformulação (“em outros termos”, “enfim”, “digamos”). (MAINGUENEAU, 2014, p. 15).

Para o autor, um segmento que está composto por todos esses tipos de marcação, seguramente será compreendido como fortemente sobreasseverado, de modo que os destacamentos, majoritariamente, não ocorrem por acaso: “no texto do qual são extraídos, eles já se apresentam como fragmentos *destacáveis*, destinados a circular fora de seu texto de origem.” (MAINGUENEAU, 2013, p. 226, grifo do autor).

Os destacamentos podem ser classificados como fracos e fortes: o primeiro ocorre quando o fragmento destacado é contíguo ao texto-fonte (esse último, porém, não é acessível ao leitor ou ouvinte); o segundo, por sua vez, realiza-se quando o fragmento destacado é separado do texto-fonte. Em relação ao fragmento destacado, Maingueneau esclarece (2014, p. 27, grifo do autor): “Um enunciado destacado não é mais um fragmento de texto, ele tem a ver com um regime de enunciação específico, que chamaremos de *aforização*”. Tal enunciado pode aparecer entre aspas (que servem como forma de atestar esse tipo de situação) e em forma de citação direta, o que pode gerar como efeito a crença de que se trata de uma fala autêntica, mas também pode ser alterado pelo aforizador, de modo que, muitas vezes, o locutor do texto-fonte sequer reconhece que proferir tal enunciado. De qualquer forma, a opacificação de sentidos é um fenômeno característico do regime de enunciação aforizante que, segundo o autor,

institui uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas colocados num mesmo plano. O locutor não é apreendido por tais ou tais facetas, mas em plenitude imaginária: não há ruptura entre uma instância fora da enunciação e uma instância que é um papel discursivo. É o próprio indivíduo que se exprime, além/aquém de todo papel, “ele mesmo”, de alguma forma. Fundamentalmente monologal, a aforização tem como efeito centrar a enunciação no locutor. (MAINGUENEAU, 2010, p. 13).

Maingueneau (2010, p. 10) ainda considera que, sobretudo na esfera midiática, os enunciados destacados, em seu contexto de circulação, não se apresentam sempre da mesma forma, sendo inscritos em duas classes diferentes:

- a) constitutivos: é o caso dos provérbios e de todas as fórmulas sentenciosas que, por natureza, não possuem contexto situacional nem contexto original;
- b) por extração de um fragmento de texto, quando nos encontramos em uma lógica de citação.

Sobre os enunciados destacados por extração de um fragmento de texto, o autor postula que sua elaboração é feita por um locutor com responsabilidade sobre a enunciação. Diferentemente dos enunciados destacados constitutivos, nesse caso, o contexto original é linguisticamente recuperável, mesmo que o que foi destacado como enunciação aforizante não seja precisamente o que foi enunciado no texto de origem. Dessa maneira, é preciso isolar a sobreasseveração, que, por mecanismos linguísticos, destaca um enunciado de seu fundo textual – o que faz de um enunciado destacável – da enunciação aforizante, que se compõe de enunciados destacados. Sendo assim, a aforização estabelece um processo de ressignificação da citação, dado que não representa mais o que o Outro disse, mas, sim, a Verdade instaurada a partir do dito, em outras condições:

O ‘aforizador’ assume o ethos do locutor que fala alto, de um indivíduo em contato com uma Fonte transcendente. [...] Trata-se de fazer coincidir sujeito da enunciação e Sujeito no sentido jurídico e moral: alguém se coloca como responsável, afirma valores e princípios perante o mundo [...]. (MAINGUENEAU, 2010, p. 14-15, grifo do autor).

Nessa perspectiva, de acordo com Maingueneau (2010), se a aforização envolve um locutor que se coloca como Sujeito de pleno direito, da mesma forma esse Sujeito se revela como tal por sua habilidade de aforizar. Assim, um fragmento, quando retirado de um texto original para ser aforizado, caracteriza o locutor como aforizador, e o aforizador, como Sujeito.

Tendo apresentado a fundamentação teórica de base da pesquisa, passaremos agora ao capítulo 2, em que apresentaremos um breve percurso histórico sobre o movimento feminista, de forma a pincelar as três ondas que o constituem (sem, contudo, abordar suas variadas vertentes de maneira aprofundada), além de realizarmos alguns apontamentos sobre o antifeminismo.

2 DO FEMINISMO AO ANTIFEMINISMO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

2.1 Considerações iniciais

Nesta dissertação, o objetivo não é discorrer especificamente a respeito do feminismo ou do antifeminismo, mas, a partir da perspectiva da Análise do Discurso e, sobretudo, da teoria de Dominique Maingueneau, analisar dados que dão visibilidade à polêmica instaurada pelo antifeminismo com o feminismo.

A história do patriarcado e da opressão das mulheres remonta à idade média e se estende, mesmo que de diferentes formas, até a atualidade (MIGUEL ÁLVAREZ, 2011). Devido a essa opressão, surgiu o movimento feminista, um tema que acompanha essa problemática também de variadas maneiras. Ao se abordar a vertente do antifeminismo, é necessário esclarecer quem é o seu Outro, ao qual se contrapõe para se constituir. Para tal, far-se-á um breve percurso histórico sobre o feminismo, no intuito de apresentar a “doutrina” desse movimento com base em seu processo histórico, marcado por três ondas que estabeleceram suas características gerais. No entanto, convém esclarecer que aqui não haverá aprofundamento na abordagem da história do feminismo; o foco será abordar seus aspectos gerais, considerados relevantes para o recorte desta pesquisa. Em seguida, apresentaremos também aspectos gerais do antifeminismo e de suas manifestações.

2.2 O feminismo

O feminismo pode ser definido, de maneira superficial, como um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideológicos e filosóficos, com o objetivo de reivindicar a igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos, a fim de que a sociedade abandone os padrões patriarcais. Entretanto, sua origem está inserida no século XIX, período em que as mulheres eram educadas para um futuro casamento, no qual exerceriam o mesmo papel de suas ancestrais: dedicar-se-iam aos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos. Dessa maneira, não podiam trabalhar fora nem tinham acesso a assuntos importantes, como aqueles referentes à política e à economia, sendo totalmente dependentes financeira e socialmente dos pais e, depois do casamento, dos maridos. Tal situação incomodava à grande parte das mulheres, que começaram a buscar meios de se manifestarem.

Durante a Revolução Francesa, foi escrita a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*. Esse documento causou certa indignação à feminista e ativista política francesa

Olympe de Gouges (1748-1793), pois o conteúdo se referia exclusivamente aos direitos masculinos. Gouges expressou seu descontentamento por meio da publicação da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, primeiro documento da Revolução Francesa a mencionar a igualdade jurídica e legal das mulheres em comparação aos homens. Em consequência dessas manifestações, ela foi executada em Paris, no dia 3 de novembro de 1793. Esse acontecimento fatal foi um marco para o posterior surgimento dos movimentos feministas.

Ainda no século XVIII, Mary Wollstonecraft (1759-1797) publicou *Reinvindicação dos direitos da mulher*, considerado um dos primeiros livros feministas. Na obra, a autora elaborou pensamentos em relação à opressão das mulheres e defendeu que ambos os sexos tivessem os mesmos direitos à educação, sendo essa crucial para o fim dessa desigualdade. Wollstonecraft ainda denunciou a falta de acesso a outros direitos básicos, como a importância do voto feminino e a igualdade dentro do casamento, especialmente em relação aos bens da mulher, à tutoria dos filhos e ao divórcio. Ela também defendeu que crianças pudessem estudar em escolas com ensino e abordagens igualitários. Mencionou, ainda, o ensino do “amor ao lar” e de atividades domésticas a meninos e meninas, de forma que dentro do matrimônio houvesse companheirismo entre os cônjuges:

Se o matrimônio é o cimento da sociedade, toda a humanidade deveria ser educada segundo o mesmo modelo, caso contrário, a relação entre os sexos nunca merecerá o nome de companheirismo nem as mulheres cumprirão as obrigações próprias de seu sexo, até que se tornem cidadãs ilustradas, até que sejam livres, capazes de ganhar sua própria subsistência, independentemente dos homens; do mesmo modo, quero dizer, para evitar interpretações errôneas, que um homem é independente de outro. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 214).

Mary Wollstonecraft faleceu no dia 10 de setembro de 1797, deixando um legado de 20 livros que incluem romances, análises sobre política, história e direitos das mulheres. A autora tem sido objeto de estudo de diversas historiadoras feministas, por ser considerada fundadora do movimento.

No século XIX, a partir da Revolução Industrial, as mulheres empreenderam um caminho em direção à mudança de seu papel na sociedade. Esse princípio se iniciou com a inserção laboral feminina nas fábricas, fazendo parte da força econômica dos países. Aos poucos, os movimentos feministas espalhados pelo mundo ganharam adeptas e, com isso, começou a luta pela conquista de diversos direitos, como à educação, ao voto, ao contrato trabalhista, à propriedade, ao divórcio, à igualdade de salários, ao aborto etc. Desde suas origens até a atualidade, é possível classificar esses movimentos em três ondas.

Entre o final do século XIX até meados do século XX, está localizada a primeira onda, período no qual a sociedade atravessava mudanças nos âmbitos econômico, político e social. Com o surgimento do socialismo, a ideia de acumulação de capital e lucro começaram a ser questionadas e, devido a isso, muitos operários se manifestaram em prol de direitos trabalhistas e da participação na política. No entanto, tais pautas, que englobavam a busca por melhorias na qualidade de vida, não incluíam as mulheres. Nesse cenário, as feministas da primeira onda questionavam a imposição de papéis submissos e passivos sobre as mulheres. O direito ao voto feminino foi conquistado no Reino Unido em 1918, graças às *sufrajetes*, que promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes e até fizeram greves de fome.

O grupo político-social foi criado no final do século XIX e consolidado no princípio do século XX, tendo como sua primeira líder Emmeline Pankhurst (1858-1928), que, evidentemente, fugia dos padrões femininos da época (em parte porque cresceu e foi criada por uma família reivindicadora dos direitos civis). Além do direito ao voto, o movimento conseguiu unir mulheres operárias de fábricas, servas da nobreza e pertencentes à alta classe social, que lutaram lado a lado, sob o ideal de “liberdade ou morte”, frase usada como slogan sufragista.

A primeira onda do feminismo no Brasil também teve como motivação inicial a luta pelo voto. Liderada por Berta Lutz (1894-1976), a fase sufragista e do movimento feminista como um todo no país era composta basicamente por mulheres cultas e da elite nacional. Lutz, bióloga formada pela Universidade de Sorbonne, em Paris, voltou para o Brasil na década de 1910 e foi ainda uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em 1927, a dita organização levou ao Senado um abaixo-assinado para liberação do projeto de lei de autoria do senador Juvenal Larmartine, que dava direito de voto às mulheres. Sua aprovação, enquanto lei, ocorreu posteriormente, em 1932.

Ainda nessa onda, convém mencionar a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, fundada por Elvira Boni de Lacerda e colegas do setor. Lacerda foi operária humilde que começou como aprendiz aos seus 12 anos e provinha de uma família adepta aos ideais libertários.

A União das Costureiras denunciava, principalmente, a situação laboral precária das fábricas e a extensa jornada de trabalho. Elvira Boni de Lacerda, além de fundadora desse importante movimento, escreveu artigos para jornais e revistas, integrou grupos de teatro operário e, em 1920, presidiu a mesa de trabalhos do III Congresso Operário Brasileiro.

Contudo, o feminismo perdeu força a partir da década de 1930 tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e no Brasil. O retorno às pautas se deu somente na década de 1960, período denominado como segunda onda. As principais temáticas levantadas na época foram: a

redefinição do conceito de patriarcado; análise das origens da opressão das mulheres; papel da família; divisão sexual do trabalho convencional e das tarefas domésticas; sexualidade; reformulação da separação dos espaços público e privado (partindo do slogan “O pessoal é político”); o estudo da vida cotidiana. A causa defendia não ser possível ocorrer mudança social nas estruturas econômicas se não fosse realizada uma transformação na relação entre os sexos. O feminismo contemporâneo ainda passou a considerar que a igualdade jurídica e política, reivindicada no século XIX e conquistada no século XX, embora tenha sido importante, não havia sido o suficiente para modificar substancialmente o papel da mulher na sociedade.

Ana de Miguel, filósofa, feminista e escritora espanhola, escreveu em seu livro *Los feminismos a través de la historia*, que os anos de 1960 foram um marco para o movimento, uma vez que tratou de se ocupar do sistema de dominação sexual e, dessa forma, de construir a luta contra o patriarcado:

Os anos sessenta foram de intensa agitação política. As contradições de um sistema que tem sua legitimação na universalidade de seus princípios, mas que na realidade é sexista, racista, classista e imperialista, motivaram a formação da chamada Nova Esquerda e diversos movimentos sociais radicais, como o movimento antirracista, o estudantil, o pacifista e, claro, o feminista. A característica distintiva dentre eles estava no caráter contracultural: não estavam interessados na política reformista dos grandes partidos, senão em forjar novas formas de vida. (MIGUEL ÁLVAREZ, 2011, p. 24, tradução nossa).

Publicado em 1949, o livro *Segundo sexo*, de Simone de Beauvoir foi uma das contribuições mais significantes para os fundamentos da segunda onda do feminismo. Em sua análise, a autora chegou à conclusão radical de que a condição de ser mulher era uma construção cultural ou social formada ao longo das gerações, de reflexo opressivo.

Nesse sentido, o novo feminismo tinha o intuito de demonstrar que a natureza não seria capaz de definir a vida dos seres humanos: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, nas palavras de Beauvoir. O direito ao prazer sexual era também reivindicado, por meio da denúncia sobre a negação da sexualidade feminina, devido à supremacia dos homens; com isso, as feministas visavam resgatar o orgasmo clitoriano e o direito à livre escolha sexual. Pela primeira vez, era questionada a premissa de que as mulheres deviam assumir a criação dos filhos e os cuidados da família, devido a sua característica intrínseca de procriar.

Nas conjunturas europeia e estadunidense da segunda onda, surgiram diferentes formas de interpretar as causas de opressões, o que deu origem a diferentes reflexões e práticas feministas. Nessas abordagens, o feminismo radical, o feminismo socialista e o feminismo liberal foram identificados como as três principais linhas de elaboração teórica. Ao mesmo

tempo, feministas negras e latinas da segunda onda também apontaram outras formas de opressão que incluíam o racismo e a exploração dos corpos de pessoas racializadas. Enquanto isso, feministas lésbicas questionaram a imposição da heterossexualidade como norma. O pensamento ecofeminista também surgiu no período, pois se estabeleceram conexões entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza.

Embora não houvesse um grupo que se classificasse como “feminista liberal”, essa terminologia passou a ser utilizada na década de 1960, início da segunda onda. O conceito se referia às feministas que lutavam por mudanças políticas, jurídicas e culturais, sob o intuito de conquistar a liberdade feminina e o fim da opressão. Tais reivindicações poderiam ser conquistadas por meio da ação estatal e de políticas que suprissem suas necessidades, punindo a violência, banindo a desigualdade salarial e criando apoio à maternidade.

No Brasil, por sua vez, a segunda onda foi marcada pela ditadura de 1964, contexto no qual o movimento se posicionou contra o regime e a censura, além de ter se unido à luta pela redemocratização do país e por melhores condições de vida. A advogada Therezinha Zerbini criou o Movimento Feminista pela Anistia, cujo grupo reuniu mães e esposas que tiveram marido e filhos presos ou exilados durante o período.

Já a terceira onda, apresentou-se como meio para corrigir erros e vazios deixados pelos movimentos anteriores. Apesar de ter raízes na década de 1980, essa fase está localizada historicamente a partir da década de 1990, inserida em um contexto de novas perspectivas das Ciências Humanas, como é o caso da Micro-História, que mais tarde reconheceu a importância do movimento de organização das mulheres e o tratou de forma mais detalhada. Tal corrente visou, especificamente, debater as definições essencialistas da feminilidade que se apoiavam, sobretudo, em experiências vividas por mulheres brancas e de classe média alta da sociedade. Esse período também ficou marcado por uma concepção pós-estruturalista, preocupada em responder o que seria bom ou não para cada mulher.

Portanto, pode-se observar, até aqui, que a terceira onda foi marcada por vários questionamentos internos. Nesse âmbito, surgiu também o chamado Feminismo da Diferença, que defendia a existência de distinções significativas entre os sexos, em contrapartida com a ideia de que todo tipo de desigualdade social seria uma construção social.

O reconhecimento da diversidade das mulheres também ganhou notoriedade nesse período:

Este feminismo se caracteriza por criticar o uso monolítico da categoria mulher e se foca nas implicações práticas e teóricas da diversidade das situações das mulheres. Esta diversidade afeta as variáveis que interagem com a de gênero, tais como o país, a raça, a etnia e a orientação sexual e, em

particular, tem sido especialmente notável a contribuição realizada por mulheres negras (MIGUEL ÁLVAREZ, 2011, p. 39).

Sendo assim, a nova corrente passou a romper com a ideia elaborada na segunda onda, de que o conjunto de mulheres, tidas como um grupo, estivesse submetido às mesmas opressões, independentemente de suas especificidades.

Existem hoje várias vertentes do feminismo, que, apesar de seus recortes e lutas específicas, miram no mesmo propósito maior: de erradicar a cultura machista e garantir os direitos políticos e sociais das mulheres. Dentre as principais abordagens, estão: feminismo racial, feminismo liberal, feminismo interseccional e feminismo negro.

Pode-se dizer também que, com o avanço das novas tecnologias da comunicação, grupos feministas diversos ganharam maior visibilidade no início da década de 1990, ao lado das feministas brancas e de classe média, colocadas em evidência pelas mídias tradicionais. Ademais, as ferramentas conceituais elaboradas na década anterior, como os conceitos de gênero, interseccionalidade, consubstancialidade do poder, conhecimento situado e vários outros, ultrapassaram as barreiras da academia, em que haviam sido criadas.

2.3 O antifeminismo

Conforme Cruz e Dias (2015), o antifeminismo e suas manifestações são entendidos como um retrocesso na modernização da sociedade. Suas ideias foram evidenciadas em várias frentes, inclusive na educação, por exemplo, nas diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres. De início, havia a defesa da tese de que as mulheres eram seres intelectualmente inferiores e que, portanto, não poderiam ser educadas da mesma maneira que os homens, considerando-se uma perda de tempo a tentativa de introduzi-las ao mundo da educação. No decorrer do tempo, esse tipo de pensamento se tornou insustentável; em seu lugar, despontou o argumento negativo de que as mulheres estudadas poderiam se casar tardiamente e, conseqüentemente, ter menos filhos.

Existem distintas expressões do antifeminismo, reconhecidas, por exemplo, por meio de críticas a ampliações dos direitos de grupos socialmente frágeis como mulheres, pessoas negras, homossexuais, militantes contra o aborto ou contra a prostituição, entre outras (CRUZ; DIAS, 2015). Tais expressões antifeministas podem ainda ser reconhecidas nas ideias opostas à atuação feminina em cargos políticos, unidas à tentativa de impor um papel específico à mulher dentro da sociedade, qual seja, a de “mãe e rainha do lar”. Muitas vezes, tais movimentos se

permitem serem classificados feministas, porque, segundo eles, englobam também debates referentes aos direitos das mulheres, que, nesse caso, estão ligados ao retorno às funções antigamente consideradas femininas:

Há os movimentos antifeministas, que procuram restringir os direitos das mulheres, como é o caso das militantes contra o aborto ou contra a prostituição. Também é o caso dos grupos que defendem que as mulheres têm o direito de votar, mas que não devem se candidatar porque o seu papel na sociedade é ser mãe e rainha do lar – e qualquer atuação política significaria a negação de sua feminilidade. É bastante comum que esses movimentos, predominantemente vinculados a setores de direita, se intitulem feministas (porque falam de direitos das mulheres) ou neofeministas (porque pregam um “feminismo” de retorno aos papéis tradicionais). Mas são movimentos antifeministas porque não respeitam a vontade das mulheres, procurando cercear seus direitos e sua liberdade de escolher o que é melhor para suas vidas. (CRUZ; DIAS, 2015, p. 40).

Feita essa breve contextualização dos movimentos feminista e antifeministas, passaremos, no capítulo a seguir, a apresentar o *corpus* de análise principal da pesquisa (e, associado a ele, o *corpus* complementar) e seus procedimentos metodológicos.

3 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Considerações iniciais

Conforme já apresentado, o feminismo, originado no século XIX, refere-se a um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideológicos e filosóficos, que têm como objetivo reivindicar a igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos, abandonando os padrões patriarcais. O antifeminismo, por sua vez, é um movimento que surge como reação ao feminismo. Esse antagonismo é encenado em vários espaços na sociedade ocidental, o que justifica a relevância de sua análise.

Também conforme já apontado, o *corpus* principal desta pesquisa constitui-se do livro antifeminista de Ana Caroline Campagnolo, *Feminismo: perversão e subversão*, publicado em 2019. Nascida em uma família conservadora e cristã protestante, a autora é deputada estadual de Santa Catarina pelo PSL desde outubro de 2018. Segundo Campagnolo (2019), sua candidatura teve como incentivo o fato de, até então, não haver no Congresso uma representante feminina conservadora, sendo ela, portanto, a única mulher a assumir esse papel. Antes mesmo de ser eleita, a autora era uma figura pública, devido ao seu envolvimento com algumas situações polêmicas exibidas na mídia brasileira, dentre elas, o processo que ela abriu contra sua orientadora de mestrado, Marlene de Fáveri, acusando-a de perseguição ideológica e discriminação religiosa. Fáveri se negou a seguir com a orientação da dissertação de Campagnolo, *Virgindade e família: mudança de costumes e o papel da mulher percebido através da análise de discursos em inquéritos policiais da Comarca de Chapecó (1970-1988)*, alegando que o projeto não se adequava a sua linha de pesquisa. A sentença foi favorável à docente.

Feminismo: perversão e subversão foi publicado em janeiro de 2019, período no qual o cenário político brasileiro era protagonizado pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, forte representante da direita nacional, que acabava de ocupar o cargo. Durante a campanha de Bolsonaro à presidência, Campagnolo (2019) demonstrou publicamente seu apoio ao então candidato.

De acordo com a autora, seu livro é o primeiro declaradamente antifeminista no Brasil. Nele, são confrontadas as razões e conquistas do movimento feminista com as reais consequências na história cultural do Ocidente e do Brasil. Campagnolo (2019, p. 33) afirma que: “[...] o feminismo é um movimento político que contribui para o desentendimento e a

crescente amargura entre os sexos”. Em sua obra, ela divide a causa em cinco fases, que remontam ao século XV e se estendem até a atualidade.

A escolha da referida publicação para análise se justifica por se tratar de um texto fortemente representativo da dicotomia antifeminismo e feminismo. Ademais, a obra teve grande destaque nas mídias tanto devido ao fato de sua autora ocupar um cargo político, quanto por ser uma figura conhecida do público, conforme já dito.

Durante a leitura dessa publicação, foram observados alguns aspectos discursivos, como citações de enunciados extraídos de livros feministas, passíveis de serem analisados a partir das noções de polêmica, interincompreensão e simulacro de Dominique Maingueneau (2008b). Com relação ao procedimento metodológico, assumiremos, na esteira de Pêcheux (1990), que uma metodologia de análise discursiva deverá implicar movimentos de alternância entre os gestos de descrever o corpus e interpretá-lo, sem, entretanto, considerar que se trata de movimentos indiscerníveis. Não assumiremos, portanto, uma metodologia de pesquisa que prevê o cumprimento de etapas sequenciais de descrição do *corpus* e posterior interpretação por parte do analista. Da perspectiva da abordagem metodológica de Pêcheux, analisar um *corpus* é, ao mesmo tempo, descrever sua materialidade e explicar seu funcionamento, o que implica, inevitavelmente, um gesto de interpretação por parte do analista, condicionado, entre outras coisas, pelo próprio mirante teórico de onde o pesquisador se põe a “ler os textos”.

Conforme também já exposto, o *corpus* complementar constitui-se de algumas obras citadas no livro *Feminismo: perversão e subversão*, que traz referências de mais de meia centena de nomes. Tais referências a autores feministas são acompanhadas de citações diretas ou indiretas das obras desses autores (livros, artigos, revistas, periódicos etc.), mas analisaremos apenas as ocorrências de citações diretas.

Para o melhor desenvolvimento da pesquisa, julgamos pertinente apresentar uma resenha do livro *Feminismo: perversão e subversão*, para que, posteriormente, no capítulo de análises, a abordagem dos trechos citados esteja mais bem contextualizada.

3.2 Feminismo: perversão e subversão

Na introdução do livro *Feminismo perversão e subversão*, Ana Caroline Campagnolo relata o que a motivou a se tornar antifeminista. A estudiosa retrata como, ao longo da sua vida acadêmica e por meio de um estudo aprofundado das teóricas feministas, percebeu que as pessoas eram influenciadas pelas próprias instituições de ensino e pela propaganda feminista a adotarem a ideologia de revolução sexual que o movimento prega. Além disso, na introdução,

a autora realiza um breve resumo sobre o objetivo de cada capítulo e explica que a motivação principal de escrever esse livro é convencer o leitor de que o feminismo é um movimento político que contribui para o conflito entre os sexos, além de motivar as mulheres, por meio de discursos fúteis e tendenciosos, a terem atitudes de libertinagem sexual.

3.2.1 Capítulo 1 - *Contestação moral-religiosa e educação*

No primeiro capítulo do livro, *Contestação moral-religiosa e educação*, Campagnolo (2019) aborda o período que antecede o feminismo, chamado de profeminismo, e o surgimento do feminismo, a partir da análise do livro *Reivindicação dos direitos da mulher* de Mary Wollstonecraft (2016). O capítulo é estruturado em oito itens que abordam divergências e semelhanças existentes entre a ideologia de Wollstonecraft (1759-1797) – apontada por Campagnolo (2019) como a precursora do feminismo – e o feminismo contemporâneo.

Nos dois primeiros itens do capítulo, a saber, “Profeminismo” e “Mary Wollstonecraft e o documento fundador do feminismo (1972)”, a autora descreve como a mudança de centralidade de questões femininas marcou a transição do profeminismo para o feminismo. Enquanto o período que antecedeu o feminismo, século XVIII, baseou-se na contestação dos direitos civis, o documento da década de 1970 redigido por Wollstonecraft destacava discussões sobre direitos humanos, ideais republicanos e questões jurídicas.

No terceiro item, “Contestação moral-religiosa e educação pública: germes do feminismo”, a autora descreve como a ideologia de Wollstonecraft, segundo a qual a libertação feminina traria benefícios nas esferas religiosas e sociais, choca-se com pautas contemporâneas feministas:

Nesse sentido, há um distanciamento gigante entre o discurso da "primeira feminista" e o que se vê sair da boca das militantes mais recentes. Diferentemente destas, aquela não desprezava – ao menos teoricamente – as virtudes cristãs da castidade, da modéstia e da temperança. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 41, grifo da autora).

Em “O perfil das mulheres do Setecentos: privilegiadas, não oprimidas, combate à libertinagem sexual e elogio à modéstia” e “O papel essencial da mulher é ser mãe”, quarto e quinto itens do capítulo, respectivamente, Campagnolo (2019) afirma que a parcela feminina, ao longo da história da humanidade, esteve em um estado de privilégio em relação ao homem. Outrossim, discute questões relacionadas ao casamento, à castidade e à maternidade. Para analisar tais temáticas, a autora rebate a ideia de Wollstonecraft de que homens e mulheres não

nascem com características intrínsecas, além de expor e de exprimir críticas à filósofa feminista Simone de Beauvoir:

Simone de Beauvoir, célebre feminista da segunda onda, teve o disparate de comparar as mulheres casadas aos escravos negros do tráfico iniciado no século XVI. Mas Mary escreveu, em 1972, que as mulheres de sua época eram tão *mimadas* quanto os nobres e ricos. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 44, grifo da autora)

Os demais itens do capítulo abordam questões relativas à educação feminina. Segundo a autora, em relação a esse aspecto, há uma similitude entre as ideias de Wollstonecraft e o feminismo atual: ambos defendem a escolarização universal. Nessa esfera educacional, Campagnolo (2019) questiona a eficácia do ensino estatal e defende que o início de uma educação mista privilegiou mais as mulheres do que os homens. Para fundamentar essa análise, a autora cita diversos estudiosos e pesquisadores do assunto. Campagnolo ainda afirma, nesse primeiro capítulo, que fez uma denúncia à “esperança utópica do movimento feminista com a educação pública, mista, uniforme e compulsória” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 28).

Em última instância, Campagnolo (2019, p. 74) visa a ressaltar a prevalência de diferenças entre as ideias daquela que é conhecida como a primeira feminista, Wollstonecraft, e o feminismo atual. Contudo, as ideias em relação à educação, bem como a negação da existência de uma condição natural de homens e mulheres, incentivaram o desencadeamento da primeira onda feminista: “Foram essas ideias e essa escritora em especial que abriram as portas para a primeira onda do feminismo que seria inaugurada no século seguinte”.

A partir do segundo item e ao longo desse primeiro capítulo, pudemos encontrar várias citações diretas da obra de Mary Wollstonecraft, dentre as quais algumas serão efetivamente analisadas no capítulo de análise do *corpus*.

3.2.2 Capítulo 2 - *Inserção da mulher no universo masculino*

O segundo capítulo, *Inserção da mulher no universo masculino*, está dividido em 13 seções. Na primeira seção, “Primeira onda feminista”, a autora inicia sua abordagem analisando o contexto pós Revolução Francesa, no início do século XVIII. A estudiosa explica que, após a Revolução, o imperador Napoleão revogou todos os direitos até então concedidos às mulheres e afirma que foi essa a principal causa para a disseminação das ideias de Mary Wollstonecraft. Campagnolo (2019) defende que as pautas mais reivindicadas pelas feministas da época eram: a educação igualitária, o sufrágio universal - direito reconhecido logo na primeira metade do século XVIII - e o direito à propriedade.

Ao longo da segunda seção, “Dinheiro, propriedade e herança”, a autora discute a necessidade de as mulheres possuírem ou não o direito à propriedade. Segundo Campagnolo (2019), as leis inglesas, do início do século XVIII, permitiam às mulheres ter e gastar dinheiro todos os dias, além de suporte legal em relação à herança, caso o cônjuge viesse a óbito. Por esse motivo, Campagnolo (2019) afirma que a propriedade é uma prerrogativa masculina e que a falta de acesso ao direito de possuir um imóvel não prejudicava as mulheres. Além disso, a autora também discute a dinâmica das finanças dos casais e afirma que os homens, por serem biologicamente mais fortes, têm a tendência de realizar trabalhos pesados, e as mulheres a de fazer, cada vez menos, esforço produtivo devido às diversas gestações. A autora, neste apartado, afirma que: “[...] a feminista Mary Wollstonecraft escreveu que as mulheres eram vestidas e alimentadas sem que precisassem fiar ou se esforçar” (CAMPAGNOLLO, 2019, p. 79).

No terceiro tópico, “A mulher nos universos masculinos de exploração e repressão”, a autora visa desmistificar a ideia feminista de que foram as mulheres, através de uma luta organizada, que conquistaram espaços na sociedade. Campagnolo (2019) argumenta que não foi uma revolta coletiva que permitiu que as mulheres trabalhassem, e sim foi cada mulher, de forma individual, que se introduziu no mundo laboral. Para reforçar esse argumento, a autora cita que o contexto caótico da Revolução Industrial – inúmeras famílias desempregadas e desalojadas – motivou as mulheres a se inserirem no mercado de trabalho pela necessidade de obter recursos financeiros: “Deste modo, trabalhar por trabalhar nunca se tratou de um direito ou conquista. A necessidade foi que inseriu as esposas e mulheres solteiras nos buracos profissionais deixados pelos homens” (CAMPAGNOLLO, 2019, p. 82).

No quarto tópico “Inauguração do Womens Movement nos EUA”, a autora aponta diversas incongruências desse movimento em relação à igreja. Uma das incoerências apontada pela autora é o fato de a Igreja ter apoiado o feminismo desde o início do protofeminismo até o final do século XVIII e, em contrapartida, após o crescimento e a popularidade do movimento, as feministas se voltaram contra o cristianismo. Como maior exemplo dessa incoerência Campagnolo (2019) cita o episódio em que um evento de mulheres organizado pelas feministas Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott teve que ser realizado em uma igreja devido à impopularidade do movimento e, anos depois, durante a Convenção de Seneca Falls, Elizabeth Cady Stanton e Susan Anthony – famosas feministas – elaboraram um documento que questionava pilares fundamentais da Igreja, como o casamento. Tal contexto, segundo a autora, é o que dá origem a uma linha do feminismo que rejeita o cristianismo: “Essa insistência

feminista em renegar o cristianismo e o casamento culpando-os pelas frustrações pessoais de cada militante é marca do movimento desde a sua origem” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 87).

No quinto item, “Direito ao voto”, a estudiosa destaca o sufrágio como acontecimento marcante da primeira onda feminista e a tendência feminista atual em romantizar esse episódio. Campagnolo (2019) relata dois aspectos em relação ao voto feminino: a existência de mulheres contrárias ao sufrágio e a ideia de que o acesso à votação não foi uma conquista, mas uma concessão. Para corroborar essa ideia, a escritora cita a famosa anarquista Emma Goldman que considerava o sistema político tão opressivo que lutar a favor do direito ao voto seria entrar na lógica opressiva. Campagnolo também aponta a luta pelo sufrágio como uma falha da primeira onda feminista: “A escritora e feminista faz questão de ressaltar que a chamada Primeira Onda falhou justamente por ter buscado *apenas* direitos civis, pois eles não são nem de longe tão importantes quanto a luta pelo fim do patriarcado e instalação da revolução sexual” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 96, grifo da autora).

No sexto tópico, “Stuart Mill e Harriet Taylor: argumento da igualdade”, a autora cita o filósofo escritor e parlamentar britânico John Stuart Mill, fundador das bases da teoria política do movimento sufragista, com o intuito de fazer um paralelo entre o feminismo atual e as ideias de Mill. Segundo a autora, para Mill a subordinação de um sexo em relação a outro era o impedimento do progresso e do desenvolvimento humano. Por outro lado, Campagnolo (2019) afirma que, embora as feministas atuais tenham um pensamento muito parecido com o escritor liberal, Mill defende a liberdade e não os privilégios. Sendo assim, a estudiosa discute a intenção das feministas em serem superiores, em direitos, aos homens.

No sétimo tópico, “Kollontai e o feminismo socialista”, a escritora analisa o feminismo marxista. Para realizar tal análise, cita Alexandra Kollontai, importante bolchevique russa e autora do livro *A família e o comunismo*, que defendia a ideia de que as mulheres só seriam livres a partir do momento em que o Estado desse apoio total a elas e, com isso, as mulheres começassem a depender do Estado e não mais dos homens.

Campagnolo (2019) concorda com alguns aspectos levantados por Kollontai: as condições trabalhistas insalubres que as mulheres britânicas vivenciavam nas fábricas; o privilégio feminino em não ter que trabalhar longe da família (quando o contexto econômico o permitia); a inserção feminina no mundo do trabalho como resultado da necessidade individual de cada mulher e não de uma vontade intrínseca feminina em usufruir do direito de acesso ao trabalho. No entanto, rebate o pensamento de Kollontai em relação à necessidade de servir aos interesses do Estado, uma vez que isso significaria destruir os papéis sociais desempenhados dentro de uma família e conferir todo poder de escolha e decisão ao Estado: “Nesse discurso

profético da autora do trabalho coletivo ela inclui a receita, entrega a fórmula de como o Estado pretendia agigantar-se ao ponto de usurpar todos os papéis sociais desempenhados dentro da família” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 104).

Na oitava seção, “Trabalhar: privilégio ou necessidade”, a autora visa desmistificar a ideia de que trabalhar foi um privilégio concedido às mulheres e, com isso, demonstrar que foi a necessidade de sobrevivência que as obrigou a saírem de seus lares para trabalhar. Para sustentar essa tese, a estudiosa analisa o comportamento feminino e masculino desde o início da civilização. Segundo a autora, os homens sempre foram superiores na questão da força física e às mulheres sempre coube o papel da procriação devido à questão biológica. Por esse motivo, com o surgimento da agricultura, os homens começaram a desempenhar trabalhos físicos, enquanto as mulheres cuidavam da prole. Campagnolo (2019) aponta que esse cenário beneficiou as mulheres ao longo da história, pois os homens eram os encarregados das tarefas mais exaustivas. A autora cita como exemplo a situação vivenciada pelos homens escravos no Antigo Egito durante a construção de pirâmides, em que eram recrutados e açoitados, enquanto as mulheres não participavam dessa função. Além disso, a escritora cita que a maior parte dos rendimentos dos operários durante a era industrial era administrado pelas mulheres, que cuidavam dos gastos de alimentação, do vestiário, do aluguel, do seguro, o que é considerado pela autora uma função privilegiada, se comparada ao trabalho diário dos homens:

Os homens dominavam as mulheres porque sempre foram fisicamente mais fortes e ágeis. Valendo-se de sua condição superior, os homens poderiam atirar crianças e mulheres para as garras de carnívoros famintos. Ou, se quisessem preservar a espécie humana, atirar somente as mulheres que já amamentaram algumas crias e podiam ser dispensadas. Pelo contrário, os homens enfrentavam as feras e mantinham as fêmeas seguras em alguma caverna com fogo e alimento. (CAMPAGNOLLO, 2018, p. 111).

Na nona seção, “Desigualdade no mercado de trabalho”, Campagnolo (2019) discute a incongruência feminina ao denunciar as desigualdades salariais entre ambos os sexos sem levar em consideração que a quantidade de trabalho realizado pelos homens é maior que o realizado pelo sexo feminino. A estudiosa aponta que essa lógica feminina de reclamar do sexo oposto é resultado de várias décadas de propaganda feminista que instiga esse tipo de pensamento nas mulheres. Segundo Schafly (apud CAMPAGNOLO, 2019, p. 116):

Ligue a televisão, folheie uma revista ou sintonize uma rádio americana e você será imerso em casos de mulheres que querem saber como satisfazer suas necessidades da melhor maneira ou como equilibrar suas vidas ou como podem lidar com uma miríade de problemas e perigos que enfrentam. As queixas femininas predominam. Mas queixas são como ervas daninhas: quanto mais calor elas recebem, mais elas se espalham.

A autora continua a análise do comportamento feminino na décima seção, “Reclamando de barriga cheia”, e afirma que as mulheres reclamam do sexo oposto baseadas em alardes feministas sem fundamentos. Para corroborar essa ideia, a estudiosa aponta que a parcela feminina da sociedade obteve acesso, em apenas algumas décadas, a direitos e facilidades trabalhistas que os homens demoraram séculos para conquistar. Ademais, a estudiosa cita novamente o filósofo Stuart Mill, segundo quem a igualdade entre todas as pessoas no mundo trabalhista desequilibraria o mercado de trabalho. Uma evidência disso é a história dos “kibutz”, pequenas comunidades israelenses autossuficientes que baseavam a sua subsistência na agricultura e que entraram em declínio após estipular parâmetros de igualdade entre homens e mulheres. Campagnolo afirma, baseada nas ideias de Mill, que devido à tendência natural das mulheres em abandonar os seus empregos para se dedicar exclusivamente aos assuntos relacionados à maternidade, o modo de produção idealizado nos “kibutz” colapsou o que, conseqüentemente, levou a sua dissolução.

Na décima primeira seção, “O bem-estar da família e a complementaridade de papéis”, a escritora aponta que muitas mulheres economicamente estáveis optam por ingressar no mercado de trabalho e que essa escolha não é inteligente. Para corroborar essa ideia, a autora cita Michael Noer, segundo o qual as mulheres carreiristas tendem a ser mais infelizes, pois ficam longe dos filhos, e os maridos costumam ser mais insatisfeitos também com o casamento. Devido a isso, para Campagnolo (2019), as mulheres devem optar pela profissão ou pelo bem-estar da sua família. A autora também aponta que as feministas julgam as mulheres que desejam se dedicar apenas aos trabalhos domésticos, o que não deixa de ser uma hipocrisia, uma vez que o movimento prega a liberdade de escolha.

Na décima segunda seção, “Casa privada versus casa pública”, a autora, por meio das ideias da atriz norte-americana Katharine Hepburn, apresenta o conceito de casa privada, referindo-se à vida doméstica, e de casa pública, referindo-se ao âmbito profissional. Campagnolo (2019) defende que a jornada dupla, ou seja, dedicar-se tanto à casa pública, quanto à casa privada é uma opção que não reflete uma atitude emancipatória, mas uma escolha angustiante em função da qual as mulheres renunciam a vários aspectos do âmbito doméstico e profissional. A estudiosa cita o ensaísta Gilbert Keith Chesterton, segundo o qual as mulheres se identificam mais com a casa pública do que com a casa privada, pois as mulheres têm a capacidade de realizar múltiplas tarefas, enquanto os homens realizam apenas uma tarefa com uma finalidade única e objetiva: “Em casa, a mulher cumpre todas as etapas de um trabalho pleno e ainda recebe o título de ‘dona’. É difícil entender como uma mulher poderia preferir

qualquer trabalho assalariado, seriado e mal pago” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 131, grifo da autora).

No último tópico, “O saldo da primeira onda”, a autora relata os principais acontecimentos da primeira onda feminista, destacando que o início desse movimento se pautou na revolta contra a ordem eclesiástica e no surgimento das primeiras clínicas abortistas. Ademais, a estudiosa busca demonstrar que as mulheres, ao longo da história, sempre tiveram mais privilégios que os homens e que a inserção da mulher no mundo do trabalho não foi uma conquista, mas uma consequência do contexto social da época.

3.2.3 Capítulo 3 - *Reprodução feminina do vício masculino*

Campagnolo (2019) inicia a primeira seção do terceiro capítulo, “Segunda onda feminista”, analisando a segunda fase do feminismo, que teve início na década de 1960. A autora avalia grandes nomes do movimento feminista, destacando atitudes e ideias controversas de líderes feministas. A autora defende que, desde o início do século XX, décadas antes do surgimento da segunda onda feminista, já vinha ocorrendo uma mudança de comportamento sexual nos indivíduos e, com isso, a estudiosa aponta que essa nova onda veio para reforçar e para espalhar uma revolução de caráter sexual.

Na segunda seção do capítulo, “Margaret Sanger e o assassinato de bebês”, a autora relata e analisa a vida da feminista Margaret Sanger e a destaca como um dos principais nomes da segunda onda feminista. A estudiosa afirma que Sanger se diferenciava das feministas da primeira onda, pois discursava sobre divórcio, contracepção e aborto, diferentemente do que aconteceu na primeira onda, em que a principal pauta eram os direitos civis femininos. Campagnolo (2019) aponta que a aproximação com as ideias marxistas e as atitudes controversas durante a sua vida, como abandonar o esposo e os filhos por um amante, retratam a simpatia de Sanger pela chamada liberdade sexual. Além disso, a autora também revela que o fascínio de Sanger pelo aborto a levou a abrir a primeira clínica de aborto em um bairro americano, motivo que a levou a ser presa. Campagnolo (2019) afirma que, graças a sua prisão, ganhou fama, o que propiciou o surgimento do movimento de “controle dos nascimentos” – termo inventado pela própria Sanger. A autora analisa que, por trás do discurso de “controle de natalidade”, se escondiam ideais de eugenia e racismo, uma vez que o intuito principal de Sanger, segundo Campagnolo, era o de exterminar a população negra, por meio de ferramentas como o incentivo ao uso de contraceptivos e a realização de abortos.

No terceiro tópico, “O quase aborto de Jane Roe”, a autora foca na análise ao tema do aborto e relata que vários ativistas e militantes do movimento feminista abandonaram essa pauta após perceberem a agressividade e a imoralidade desse procedimento. Para exemplificar, Campagnolo (2019) relata o caso de Norma Leah McCorvey, mais conhecida como Jane Roe, uma jovem grávida de 21 anos que procurou a justiça para obter direito a realizar um aborto legal após alegar ter sofrido um estupro. A autora afirma que Jane Roe conseguiu que a Suprema Corte estadunidense permitisse a decisão da continuidade ou não da gravidez. No entanto, Campagnolo (2019) revela que Jane Roe, décadas depois dessa decisão judicial, afirmou ter sido usada como massa de manobra por duas advogadas ativistas que procuravam uma grávida disposta a questionar a lei e a mentir em relação ao fato de ter sido estuprada.

Na quarta seção do capítulo, “IPPF - Multinacional da morte”, a autora retoma as ideias de Margaret Sanger, já citada no segundo tópico, para analisar o legado racista e abortista dessa feminista. A estudiosa afirma que nos EUA, berço das ideias de Sanger, mais negros morrem de aborto do que a soma dos que morrem de AIDS, acidentes de carro, crimes, câncer e doenças cardíacas, o que, segundo Campagnolo (2019), revela o profundo desserviço de Sanger para a humanidade. Campagnolo (2019) também aponta que Sanger publicava textos eugenistas que defendiam que os negros deveriam procriar menos, o que causou a manifestação de diversas celebridades estadunidenses negras.

Além disso, para ilustrar de que forma as instituições interessadas no controle global utilizaram o desejo das mulheres pelo aborto, a autora recorre ao trabalho do pesquisador e advogado argentino Jorge Scala. Campagnolo (2019), por meio dos trabalhos de Scala, aponta como o controle de natalidade passou a ser uma estratégia de poder internacional sobre as populações vulneráveis. Assim, a autora conclui a seção afirmando a nocividade do aborto e a tentativa de controle das feministas por meio da utilização dessa prática:

O aborto é uma sugestão totalitária e faz parte de uma agenda que inclui a instituição da promiscuidade e o fim da família. Para as escritoras italianas Roccella e Scaraffia, as feministas abortistas e as entidades globalistas que juntas trabalham pela aprovação dos ditos “direitos reprodutivos” nada mais fazem do que colocar, em truculentas mãos femininas, o controle total sobre quem vive e morre. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 155, grifo da autora).

Na quinta seção do capítulo, “Promiscuidade e irresponsabilidade sexual”, a escritora destaca como o feminismo, principalmente o da segunda onda, prega a liberação sexual e instiga as mulheres a adquirirem vícios que antes eram apenas atribuídos aos homens, como a promiscuidade, o desapego e a irresponsabilidade em relação aos filhos. A estudiosa afirma que tudo isso se potencializou com o surgimento de métodos anticoncepcionais, uma vez que

desencadearam a popularização do sexo como um ato realizado apenas por prazer e não mais com fins de procriação. A autora também cita algumas escritoras feministas que disseminaram esse ideal de hipersexualização. Dentre essas autoras, Campagnolo cita a famosa Naomi Wolf, autora do livro *O Mito da beleza*, como principal expoente da defesa de uma vida feminina libidinosa. Afirma ainda que, desde que a chamada revolução sexual feminista entrou em curso, os comportamentos da sociedade foram alterados em direção à libertinagem feminista:

É de impressionar que, diante dos textos inescrupulosos de tantas matriarcas feministas, ainda se diga que o feminismo diz respeito ao reconhecimento dos direitos das mulheres. Desde que a Revolução Sexual entrou em curso, a sociedade teve seus padrões de comportamento visivelmente alterados em direção à agenda libertina das feministas. Pesquisas e índices revelam essa transformação na América e demonstram a dimensão da mudança. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 162).

Campagnolo atrela o início da segunda onda feminista ao livro da francesa Simone de Beauvoir publicado em 1949: *O segundo sexo*. Na sexta seção, de mesmo título, defende que a vida dessa feminista se baseava em manipular mulheres. Por esse motivo, afirma que Beauvoir tentava convencer a humanidade de que o sexo masculino é dispensável e detestável, além de disseminar ódio à maternidade e à feminilidade. Denuncia que a obra de Simone de Beauvoir é uma espécie de “Bíblia do feminismo”, que se resume em negar papéis sexuais e relativizar toda forma de moralidade.

Em contraponto com o livro de Simone de Beauvoir, Campagnolo apresenta, no sétimo tópico do capítulo, “O primeiro sexo”, a obra de Éric Zemmour, que descreve a feminização da sociedade e a queda dos valores masculinos. Campagnolo destaca da obra de Zemmour a internalização de comportamentos femininos por parte dos homens jovens e a falta de virilidade masculina causada pelas feministas ao chamá-los de machistas. Por fim, destaca a perspectiva socioeconômica apresentada por Zemmour em seu livro, em que o autor sustenta que o cidadão perfeito para o capitalismo contemporâneo é o homossexual, devido aos hábitos de consumo femininos e à capacidade de produção dos homens.

É, no entanto, o primeiro sexo, o masculino, aquele que, ontologicamente, é considerado anterior ao feminino, apresenta-se como mero apêndice e reflexo dele, não mais como condutor dele. A *feminização da sociedade* acompanhada *pari passu* a total perda de direção geral de autoridade, porque os responsáveis por esse guiamento já não se colocam enquanto tais, absorvendo e aceitando ordens dos que deveriam ser comandados. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 169, grifo da autora).

Na oitava seção, “Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre”, Campagnolo (2019) define como “tríade do mal” as feministas Margaret Sanger, Betty Friedan e Simone de Beauvoir por

serem a personificação da reprodução feminina dos vícios masculinos. A autora se aprofunda na vida de Simone de Beauvoir e expõe as contradições dessa feminista e de seu amante Jean-Paul Sartre. Dentre várias atitudes controversas, a autora destaca algumas: entrar em defesa de pedófilos condenados, realizar relações sexuais em locais públicos, relativizar pederastas e se envolver em relações incestuosas.

Na nona e na décima seções, respectivamente, “Olha Kosackiewicz, a primeira vítima” e “A coleção de mulheres de Simone e Sartre”, Campagnolo denuncia que, além de práticas promíscuas, Simone e Sartre começaram a realizar ações criminosas, como envolver algumas alunas adolescentes em suas relações sexuais. A autora cita como uma das vítimas do casal a jovem Olga Kosackiewicz, uma menina estrangeira, foi subornada pelo casal com diversas promessas financeiras. Campagnolo aponta que Olga foi apenas a primeira de uma grande lista de adolescentes aliciadas pelo casal, visando demonstrar a incoerência entre o discurso feminista de Beauvoir e suas práticas, que humilhavam as mulheres:

Uma coisa é certa: com esse primeiro caso, Simone de Beauvoir, ícone do feminismo, prova que jamais teve nenhum tipo de compaixão pelas mulheres e jamais mediu esforços para agradar a Sartre, um devorador de corações femininos. Isto prova ainda que toda promessa de satisfação relacionada à liberdade sexual jamais passou de uma propaganda enganosa. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 181)

No décimo primeiro tópico, “A Falsa promessa de satisfação”, a autora denuncia graves consequências do feminismo para as jovens, dentre elas, a impressão generalizada de que as meninas mais felizes são aquelas que têm uma vida sexual ativa. Campagnolo afirma que, além de consequências nefastas para a saúde mental das jovens, como a angústia e o sofrimento psíquico, a saúde também é afetada, com surtos de ISTs e o aumento do número de gestações indesejadas.

Campagnolo cita como nome importante da segunda onda do feminismo a autora Betty Friedam. Na décima segunda seção, “Betty Friedam, matrimônio e maternidade”, a autora discute como a visão de Friedam sobre o casamento e a maternidade era distorcida e problemática. Para Friedam, o ato de ser mãe e de se casar eram ações opressoras e angustiantes que causavam infelicidade nas mulheres. Campagnolo afirma que esse discurso de Friedam é reproduzido atualmente pelas feministas e aponta a hipocrisia do feminismo atual, em função do qual as ativistas aplaudem casamentos homoafetivos e criticam veementemente os heterossexuais:

O “casamento tradicional” é o espantalho preferido dos militantes. Especialmente o casamento cristão, já que o casamento civil passou a ser defendido como um direito imprescindível para os casais *gays*, justamente

porque possibilita proteção econômica. É interessante notar como os folhetins feministas comemoram efusivamente quando duas mulheres casam entre si, ao mesmo tempo em que choram inconsoláveis a respeito de como casamento heterossexual é mau e opressor. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 201, grifo da autora)

Na décima terceira seção, “A quem importa casar-se?”, a autora aponta que a difamação do casamento é uma das principais pautas feministas. Nesse sentido, a autora destaca alguns argumentos levantados pelas feministas contra o casamento e os rebate, dentre eles, a ideia de que existe uma desvantagem econômica do sexo feminino no casamento e uma dificuldade de se divorciar. Campagnolo rebate essa ideia afirmando que as mulheres, historicamente, nunca foram obrigadas a sustentar ou proteger seus parceiros sexuais e que o divórcio é uma das principais bandeiras do feminismo, o que, segundo a autora, causa a facilitação e a banalização do divórcio. Ademais, a autora defende que o menosprezo das feministas pelo casamento repercute negativamente na sociedade, criando uma cultura de crescente desintegração dos casamentos.

Campagnolo continua debatendo a problemática do casamento levantada pelas feministas na décima quarta seção, “O problema sem nome não é um problema de todos”. A escritora afirma que as feministas ignoram o fato de muitas mulheres terem obtido muitas vantagens do casamento. A autora aponta que a feminista Betty Friedan confundiu as tristezas e as frustrações pessoais com a ideia de que a concepção universal do casamento é equivocada, e defende que essa é uma atitude recorrente de muitas feministas:

A vida de Betty realmente parecia ser uma porcaria, o problema é que ela interpretava que essa era uma dificuldade comum a todas e passou a participar da “vida pública” americana em busca de reparação para as mulheres. O “problema sem nome” daquela esposa entediada estava virando um problema nacional. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 221, grifos da autora)

Por fim, na décima quinta seção, “O saldo da segunda onda”, a autora do livro *Feminismo: Perversão e Subversão*, Ana Caroline Campagnolo finaliza fazendo um resumo do capítulo e concluindo que a segunda onda se destaca pela atuação de Margaret Sanger, eugenista responsável pela criação da clínica de aborto e por uma inversão dos valores femininos e do papel da mulher como mãe e esposa, o que, segundo a estudiosa, foi incentivado por feministas como Simone de Beauvoir e Betty Friedan: “Tudo isso para quê? Para chegarmos a um estágio de mundo pós-sexual. Esse objetivo, por sua vez, precisa da ideologia de gênero para ser completado, para promover o desaparecimento da categoria filosófica do sexo, de masculino e feminino” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 225).

3.2.4 Capítulo 4 - *Subversão das identidades*

No quarto capítulo, “Subversão das identidades”, Campagnolo discute as premissas fundamentais da teoria de gênero e o seu papel no movimento feminista, de desconstruir o ideal de família e da heterossexualidade. A autora inicia a primeira seção, “Terceira onda feminista”, apontando como marca principal da terceira fase do movimento feminista a desconstrução das identidades por meio da ideologia de gênero. Destaca Judith Butler como grande nome dessa terceira onda do feminismo e afirma que essa teórica nega a existência de uma categoria que defina alguns seres humanos como sendo mulheres:

Tenho tentado demonstrar que o movimento feminista não representa nem se interessa pela condição das mulheres, apenas se vale dessa propaganda para alcançar sua real intenção: *instaurar uma revolução sexual que subverta os sexos e o sexo*. A teoria de gênero estruturada por Judith Butler deixa isso claro. Ela não tem problemas em admitir seu caráter subversivo e isso nos coloca, portanto, outro dilema: será que as mulheres sabem disso? (CAMPAGNOLO, 2019, p. 231, grifo da autora).

Na segunda seção, “Ideologia de gênero e Judith Butler”, a autora analisa as teorias de estudo de gênero da feminista Judith Butler, apontando que Butler desenvolveu a teoria performativa de atos de gênero, a qual visa a desintegração de qualquer identidade em que seja possível diferenciar os comportamentos de macho e de fêmea. Para cumprir o objetivo de desconstrução de gênero, Butler propõe realizar uma revolução sexual feminista que negue a identidade sexual de cada indivíduo, a fim de frear ações de feminilidade e masculinidade para que não seja possível diferenciar os gêneros pelo comportamento.

Na terceira seção, “Subversão dos sexos e o esmorecimento das identidades feminina e masculina”, Campagnolo descreve o conceito de ideologia desenvolvido pelo filósofo Karl Marx e o cita para criticar o comportamento das feministas que defendem a ideologia de gênero. Segundo a escritora, para Marx, a ideologia é um falseamento da verdade usado como ferramenta de manipulação social por parte de um grupo. Valendo-se dessa definição de Marx, ela alega que a intenção das feministas atuais, motivadas principalmente pelas ideias de Butler, é a de convencer a sociedade de que as pessoas nascem “neutras” e de que o gênero nada tem a ver com biologia:

As feministas nos querem convencer de que o elemento “gênero” é absolutamente determinante, deixando para trás todo “lixo” biológico. Tentar convencer a humanidade de tal inversão é muito mais arbitrário e autoritário do que qualquer estipulação pré-definida de comportamentos sexuais. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 238, grifos da autora)

Na quarta seção, “O padrão lésbico e Monique Wittig”, a autora menciona a teórica Monique Wittig como um nome importante da terceira onda feminista, que defende o feminismo na vertente mais radical, afirmando que, para Wittig, o único caminho para libertar a humanidade de sua condição sexual é o de adotar um novo padrão: tornar-se lésbica. Wittig apoia a ideia da homossexualidade feminina, pois as lésbicas rejeitam padrões comportamentais feminino baseados em servir aos homens. Ainda segundo Campagnolo, Butler defende que ser mulher direciona os comportamentos para um modo de pensar heterossexual e, portanto, deve-se rejeitar tudo aquilo que envolve a feminilidade, principalmente a maternidade.

A solução para a opressão contra mulher, segundo essa feminista, é a rejeição da maternidade e a adoção de um comportamento lésbico. Pelo visto, Wittig não se importa que a efetivação do seu plano salvífico venha acompanhada da extinção da espécie humana - provavelmente porque ela, assim como qualquer ser humano minimamente lúcido, sabe que tal proposta é estapafúrdia e jamais se realizará. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 243-244)

No quinto tópico, “Linguagem e ideologia de gênero”, Campagnolo destaca a intenção de Monique Wittig em mudar a linguagem padrão e suprimir qualquer palavra que exprima gênero (macho e fêmea) da comunicação escrita e falada e afirma que as feministas, inspiradas nas ideias radicais de Wittig e Butler, pregam a subversão da linguagem a fim de realizar uma revolução cultural e sexual que cause uma desordem na língua e, conseqüentemente, na vida cotidiana das mulheres.

Campagnolo (2019), na sexta seção “O padrão gay e Alfred Kinsey”, cita o pesquisador revolucionário Alfred Kinsey considerado “pai da revolução sexual”. A estudiosa aponta diversas tentativas de Kinsey em aniquilar o padrão binário, como a criação de uma “escala da heterossexualidade” que consistia na ideia de que as pessoas transitam entre a heterossexualidade e a homossexualidade. No entanto, Campagnolo (2019) destaca, principalmente, a pretensão de Kinsey em desconstruir a ideia de moralidade das relações sexuais. A estudiosa afirma que Kinsey se dedicou a tirar a homossexualidade do catálogo patológico, promover um comportamento sexual animal e flexibilizar leis e punições de crimes sexuais, o que, segundo a autora, seria uma tentativa do autor de descriminalizar atos como a pedofilia, o incesto e a zoofilia: “Para o pesquisador, qualquer objeto meio de gratificação sexual é aceitável, seja esse objeto a mulher do vizinho ou a própria mãe, seja um cachorro ou uma criança” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 251).

No sétimo tópico, “Pedofilia é método científico?”, a estudiosa problematiza o envolvimento de um pedófilo nas pesquisas e estudos de Alfred Kinsey. Segundo Campagnolo, Kinsey defendia o ideal de um homem sem moral. A autora aponta que é esse o motivo que o

levou a acobertar condutas criminosas do pedófilo conhecido como Sr. Green e, a partir do convívio e do estudo desse sujeito, desenvolver diversas pesquisas e o livro *Comportamento sexual do homem*. Para Campagnolo, o livro citado retrata o fascínio do teórico por pervertidos e serve como ferramenta de desestabilização da moral: “Aquele homem era a materialização da proposta de vida sexual que Kinsey havia elaborado. Aquela forma de vida estava realmente sendo vivida por um homem que, além de vivê-la, aceitava compartilhá-la ela com os pesquisadores, como se fosse um herói” (CAMPAGNOLO, 2019 p. 254).

A autora apresenta, ainda, a definição de *queer*, como sendo um grupo de pessoas que não segue os padrões da heterossexualidade ou do binário de gênero (homem e mulher). Afirma que a teoria *queer* advém da ideologia de gênero defendida pelo feminismo e, devido a isso, a liberdade sexual pregada pelas feministas abre espaço para o surgimento de teorias revolucionárias que incentivam métodos inescrupulosos como os de Kinsey.

Na oitava seção, “O critério moral seletivo e totalitário das feministas”, a autora disserta sobre a problemática do desregramento moral e da propagação da ideia de libertinagem entre os jovens, fomentada pelo feminismo. Para aprofundar a análise, a estudiosa cita a jornalista escritora e americana Peggy Orenstein, para quem a crença de que é possível atingir uma anarquia sexual é falsa, pois concordar com o discurso feminista do que é ou não aceitável é também uma moral autoritária disfarçada de liberdade. Para reforçar a teoria de Peggy Orenstein, Campagnolo menciona o conceito de “moralidade de esbórnia” desenvolvido por Fabrice Hadjadj, que diz respeito a uma moralidade desenvolvida por sujeitos que se denominam antimorais.

A autora analisa ainda que as feministas criam novos termos, usando a linguagem como ferramenta de subversão, para tornar aceitáveis comportamentos antigos que outrora já foram condenados, como usar o termo “poliamor” ao invés de “sexo desregrado”:

O movimento feminista insiste nesse jogo baixo de palavras, trocando “promiscuidade” por “amor” e “adultério consentido” por “poliamor”. É só isso. Nada além disso. Quando se fala em poliamor, fala-se da mais antiga de todas as práticas viscerais dos humanos: sexo desregrado. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 268, grifo da autora).

No nono tópico, “Seu corpo não é uma prisão”, Campagnolo destaca que há sim uma distinção clara entre ambos os sexos, ao contrário do que prega o movimento feminista. Para sustentar essa tese, a estudiosa aponta dois erros dos ideólogos de gênero que defendem que a concepção de masculinidade e feminilidade é construída e, portanto, pode ser destruída. O primeiro erro indicado por Campagnolo (2019) é a ideia feminista de que gênero nada tem a ver com a biologia e argumenta que é impossível que a conduta biológica não interfira no

entendimento individual. O segundo erro apontado e mencionado pela estudiosa é o de considerar que as concepções de gênero são falsas apenas pelo fato de terem sido construídas socialmente, pois, segundo a autora, a cultura forma parte da natureza humana.

No décimo tópico, “A profundidade dos sexos”, Campagnolo avalia, o contrassenso do movimento feminista em acreditar que existe uma diferença entre corpo e alma. Para a estudiosa, não há forma de se libertar do próprio corpo, pois abandonar o corpo é sinônimo de morrer. Em função disso, a partir do instante em que se pode diferenciar a existência ou o nascimento de um macho e uma fêmea (mesmo em casos raros de hermafroditismo) já há uma definição clara do que é sexo. A autora defende que toda ideia advinda do movimento feminista que prega a não diferenciação de gênero é anticientífica. Para sustentar essa posição, Campagnolo cita pesquisas do Dr. Baron-Cohen, autor do livro *Diferença essencial: a verdade sobre o cérebro de homens e mulheres*, que comprova que o comportamento de bebês difere dependendo da quantidade de hormônios de cada um, buscando provar a relevância da biologia no comportamento masculino e feminino: “Não é uma questão de dissertar sobre a diferença entre os sexos. Mais urgente que isso é reforçar que existe uma profundidade identitária nele. Chegamos ao ponto em que é preciso defender o óbvio acerca da profundidade dos sexos” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 279).

Na décima primeira seção, “Subversão das identidades”, Campagnolo analisa as raízes da teoria da ideologia de gênero. Para tal, a estudiosa descreve um experimento realizado pelo psicólogo John William Money na década de 1970, relatando que o experimento ocorreu com dois gêmeos da família Reimer: Bruce e Brian. Quando ainda era bebê, Brian perdeu o órgão sexual devido a um erro médico em um procedimento cirúrgico conhecido como circuncisão. Quando os pais procuraram desesperadamente o psicólogo Money, o especialista iniciou um experimento ideológico, motivado pela teoria da existência de uma neutralidade de gênero, e decidiu transformar a criança sem membro em uma menina. Após um tempo do início do experimento, o psicólogo abandonou o trabalho com a família Reimer e, décadas mais tarde, descobriu-se que, mesmo sendo criado como uma menina desde bebê, Brian, instintivamente, sempre se recusou a ter comportamentos femininos. Com a exposição desse experimento, a autora visa provar que os sujeitos não nascem neutros em gênero e expor as consequências destrutivas da aplicação da teoria da ideologia de gênero na vida dos indivíduos.

3.2.5 Capítulo 5 - O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista

No quinto e último capítulo, “O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista”, Campagnolo (2019) discute a aversão do feminismo à fé cristã e as medidas empreendidas pelas feministas para desmerecer e desacreditar a religião. A autora inicia o capítulo com uma breve introdução sobre o desejo feminista em destruir a cultura ocidental.

Na primeira seção, “Femen e o anticatolicismo”, a autora apresenta o grupo feminista ucraniano “Femen”. Segundo Campagnolo, esse grupo feminista atua com estratégias de provocação aos religiosos cristãos. Dentre as ações dessas feministas destacadas pela autora se encontram manifestações nas capelas de Roma; danificação da catedral de *Notre Dame*; passeatas mostrando os seios etc.

No segundo tópico, “Qual é a culpa do moralismo cristão?”, Campagnolo visa desmistificar a ideia divulgada pelas feministas de que o cristianismo é opressor. Segundo a autora, o moralismo não é algo necessariamente criado pelos cristãos, pois qualquer padrão cultural adotado tem a sua moral própria. Para a estudiosa a única finalidade do movimento feminista em incentivar a destruição do cristianismo é a de iniciar uma revolução sexual na sociedade: “É certo que as feministas sabem de tudo isso. A insistência contra a moralidade cristã e as falsas acusações a respeito dela só têm um objetivo: instalar o novo padrão moral fundamentado nos ideais da Revolução Sexual” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 306).

Na terceira seção, “Desmistificando a opressão cristã”, a autora denuncia a crença divulgada pelo movimento feminista de que o casamento cristão é uma prisão para as mulheres, citando a ideia do historiador francês Jacques LeGoff, de que o cristianismo propiciou que as mulheres fossem mais respeitadas socialmente. A estudiosa ainda aponta que a religião cristã trata com igualdade homens e mulheres, pois não há duplo padrão moral, se uma mulher deve perdoar alguma atitude adúltera no casamento, por exemplo, um homem também o deve fazer. Também aponta que a felicidade da mulher não depende do casamento e que essa máxima não é pregada pelos cristãos, ao contrário do que apontam as feministas. Para dar credibilidade ao que afirma, cita o liberal inglês John Stuart Mill e sua obra *Sujeição das mulheres*, mencionando que Mill, apesar de ser defensor das mulheres “pontuou inúmeras vezes que o cristianismo jamais fora agente de opressão feminina, pelo contrário” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 308).

Na quarta seção do capítulo, “A proposta feminista para as mulheres”, Campagnolo afirma que as mulheres têm uma tendência em se apegar emocionalmente aos homens, mesmo aquelas que se dizem independentes e autossuficientes. Para exemplificar tal situação a autora cita Mary Wolstonecraft e Simone de Beauvoir, duas autoras que escreviam sobre os direitos das mulheres e cometiam diversas loucuras em nome de seus parceiros. Com tais exemplos, a autora visa explicar que não é real a ideologia que as feministas pregam, a saber, de que o

feminismo torna as mulheres livres e donas de si. Prosseguindo a análise sobre o feminismo, Campagnolo expõe as propostas feministas para a sociedade, dentre elas, a de tornar a escola uma do movimento pra impregnar os alunos com o pensamento revolucionário e a educação sexual como forma de promover a libertinagem na sociedade: “Como se vê, é fundamental pra a consolidação da Revolução Sexual que as crianças e adolescentes sejam moralmente afastadas da jurisdição familiar ou eclesiástica” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 324).

No quinto tópico, “Feminismo: biografias de infelicidade e promiscuidade”, Campagnolo afirma que a revolução sexual iniciada por algumas mulheres conduzirá o mundo à desordem. Para sustentar tal argumento, a estudiosa expõe que a vida das feministas precursoras de tal ideologia era caótica e, portanto, não seria diferente para as novas adeptas do feminismo. Cita o caso de Adeline Virgínia Stephen, a famosa feminista da segunda onda, que teve uma vida marcada por surtos psicóticos devido a abusos sexuais sofridos. Segundo a autora, Virgínia afirmava que os homens eram os encarregados pelos problemas sociais do mundo, porém ela era casada e obteve apoio de seu marido durante os anos de sua vida, que se dedicava a cuidar de Virgínia, mesmo quando seus problemas mentais só pioravam e, apesar desse cuidado, Virgínia o traiu com uma mulher. Para Campagnolo, é incongruente que uma mulher que é amada e protegida por um homem tenha a ousadia de fazer referência a uma suposta opressão masculina existente na sociedade.

Ainda no quinto tópico, a autora afirma que o feminismo é um movimento que retrata apenas as queixas das mulheres e o desejo feminino por libertinamente. Nesse sentido, o movimento não seria uma luta política, mas uma estratégia de reconfiguração social:

Ora, ao que parece inegável, para as feministas é válido transformar em uma luta política e em uma estratégia de reconfiguração social o desejo de uma mulher pelo marido da outra. Aliás, essa postura de misturar as esferas da vida pública e privada é um hábito enfadonho desse movimento e acabou por ser oficializado no famoso excerto “tudo é político”. De repente, um movimento que se dizia interessado em assegurar direitos civis coloca-se a favor da amante e contra a esposa. Não é também mulher a esposa? (CAMPAGNOLO, 2019, p. 329, grifos da autora)

No sexto tópico, “Reação antifeminista”, Campagnolo afirma que cada vez mais o mundo tem percebido as incongruências do movimento feminista. A autora faz referência à argentina Esther Margareta Katzen que, mesmo sendo feminista, publicou o livro *O homem domado*, em que realiza uma nova abordagem para a guerra dos sexos, afirmando que o sexo verdadeiramente oprimido é o masculino. Campagnolo explica que, segundo a teoria de Katzen, as mulheres têm métodos para exercer controle sobre os homens, dentre eles, usar o sexo como moeda de troca, fazer chantagens emocionais e usar o romance como desculpa para

os seus erros. Campagnolo afirma que essa objetividade de Katzen incomoda as feministas, que a criticaram e a ofenderam após a publicação de sua obra:

Verdadeiramente, as feministas não querem que certas coisas sejam ditas, que certos dados sejam públicos e que certos fatos históricos sejam conhecidos. Elas têm trabalhado com a manipulação de dados, desinformação, retórica e muita, muita propaganda. Qualquer pesquisadora que sugira que as mulheres não foram tão oprimidas assim torna-se, imediatamente, inimiga do discurso feminista. Feminismo e pesquisa científica não trabalham muito bem juntos. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 338)

No sétimo tópico, “O esquecimento do primeiro sexo”, Campagnolo retoma a obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, e afirma que a autora acusou os homens de se considerarem o padrão no qual as mulheres devem se basear e, com isso, as mulheres sempre ocupariam uma posição secundária. Para Campagnolo, isso ocorre porque o homem é o primeiro sexo quando se trata de ações como ir à guerra, trabalhar, ser preso etc. e, assim, são tomados como universais e genéricos. Nesse sentido, os homens sofrem mais por serem homens do que as mulheres por serem mulheres.

Na oitava seção, “A demonização dos meninos”, Campagnolo afirma que as feministas também atacam os meninos por perceberem que estes vão se tornar os futuros homens opressores. A autora cita as ideias do escritor Warren Farrell sobre a guerra aos homens e como esse embate se estende aos meninos, apontando três principais problemas destacados por ele: a falta de propósito de vida dos meninos, que ficam cada vez mais restritos, enquanto as opções das meninas se multiplicam; a feminização da educação, pela falta de professores homens; e a ausência paterna na criação dos filhos, que provoca graves distúrbios mentais.

Na nona seção, “A guerra contra os homens”, a autora afirma que as feministas atacam a agressividade masculina sem perceber que tal característica masculina é o que permitiu a sobrevivência da espécie até os dias atuais. Segundo a autora, a sociedade atual está impregnada por uma série de mitos: os homens ganham mais do que as mulheres, as mulheres são mais pobres do que os homens, as mulheres são as maiores vítimas de violência, os profissionais de saúde homens são negligentes com as mulheres, etc. A autora desconstrói e desmistifica essas afirmações por meio de dados e estatísticas apresentados no livro:

Tantos mitos sendo propagados tão hegemonicamente e recebendo crédito tão facilmente só revelam um trabalho retórico muito bem feito e muito mais antigo que qualquer reação. Durante muito tempo, e até mesmo hoje, muitos homens aceitam os rótulos proeminentes de falsas acusações: “você vai abandonar nossa família e nossos filhos”, “a vida dos homens é mais fácil que a vida das mulheres”, “eu trabalho mais do que você”, “os homens têm mais dinheiro que as mulheres” e assim sucessivamente. No entanto, de todas as acusações sensacionalistas, nenhuma é tão grave quanto: “Você é um estuprador em potencial”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 355, grifos da autora)

No décimo tópico, “A cultura da falsa acusação de estupro”, Campagnolo afirma que as feministas costumam inventar casos de assédio e demonizar ações que não são consideradas crimes, como o fato de um homem assoviar na rua para alguma mulher. A autora afirma que no Brasil essa realidade não é diferente, as feministas exageram e condenam qualquer tipo de ação realizada por homens. A autora também defende que as mulheres têm mentido sobre o estupro por terem alguma doença mental advinda da culpa de terem realizado sexo casual, como forma de vingança ou apenas como forma de chamar a atenção.

No último tópico do capítulo, “Controle universitário e aparelho institucional”, Campagnolo conclui afirmando que a disseminação de ideias e mitos por parte das feministas apenas é possível por meio do controle educacional das feministas nas instituições de ensino. A autora afirma que no Brasil há uma hegemonia esquerdista, que é a maior arma do movimento feminista:

O desprezo à domesticidade e à maternidade, a inveja dos vícios masculinos de promiscuidade sexual, a propaganda da licenciosidade e do aborto, a desconstrução das identidades masculina e feminina e o ódio ao que sustém a cultura ocidental só se fizeram tão populares por causa da atuação de “educadores” que usurparam o papel da família e da comunidade religiosa. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 365, grifo da autora)

Na conclusão do livro, Campagnolo afirma que, no mundo atual, quem se recusa a ser chamada de feminista sofre perseguição e discriminação, revelando que o feminismo é um movimento punitivo e seletivo que enaltece aqueles que seguem as suas regras e ataca aqueles que as contrariam. A autora também expõe vários nomes do feminismo, já citados anteriormente por ela ao longo de seu livro, como Virgínia Woolf, Betty Friedam, Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir, entre outras, e as descreve como mulheres frustradas que pregavam um discurso com o intuito de tornar a vida mais confortável para as feministas e não a fim de buscar melhores condições de igualdade social. A autora também afirma que a ideia de feminismo foi tão amplamente divulgada que atualmente é difícil que haja um contraponto antifeminista, o que reforça ainda mais a existência do movimento. Segundo Campagnolo, chegou-se a esse ponto em função da confusão estabelecida entre o feminismo e a luta pela igualdade entre sexos. Por fim, conclui afirmando que não é preciso se revoltar contra a natureza do próprio corpo, nem renegar os próprios filhos e nem procurar uma revolução sexual, para se encaixar no mundo que as feministas criaram.

4 ANÁLISE DO *CORPUS*

4.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, nos debruçaremos sobre o *corpus* de análise desta dissertação, a partir de conceitos postulados por Dominique Maingueneau e já apresentados anteriormente: polêmica, interincompreensão, simulacro, aforização e destacabilidade. Organizaremos a análise do *corpus* seguindo a divisão de capítulos da obra de Campagnolo (2019).

Na primeira seção, será analisado o primeiro capítulo, “Contestação moral-religiosa e educação”, em que a autora contesta alguns pontos da obra *Reivindicação dos direitos das mulheres*, de Mary Wollstonecraft (2016). Nesse caso, serão verificados, ainda, três trechos desse último livro, citados de forma direta na publicação antifeminista. As análises serão nomeadas como “Análises 1, 2 e 3”, sendo cada uma delas subdividida em enunciados A, referentes à obra de Wollstonecraft (texto-fonte), e enunciados B, relacionados ao *corpus* principal, isto é, ao livro de Campagnolo.

Em seguida, na segunda seção, será feita a análise do segundo capítulo, “Inserção da mulher no universo masculino”, em que a autora antifeminista refuta alguns pontos do livro *Política sexual*, de Kate Millett (1974). Nesse apartado, serão averiguados dois excertos do livro de Millett, inseridos em forma de citação direta no *corpus* principal. As “Análises 4 e 5” também estarão subdivididas (cada uma delas) em dois enunciados: A (livro de Millett, o texto-fonte) e B (livro de Campagnolo).

Na seção 3, será feita a análise do terceiro capítulo do livro, “Reprodução feminina do vício masculino”, no qual Campagnolo contesta algumas ideias do primeiro volume (*Fatos e mitos*) da obra *O segundo sexo* (2016), de Simone de Beauvoir. Serão verificados dois excertos da obra francesa, mobilizados como citação direta pela autora antifeminista. As “Análises 6 e 7”, como as demais, estarão subdivididas (cada uma delas) em dois enunciados: A (livro de Beauvoir, texto-fonte) e B (livro de Campagnolo).

Na quarta e penúltima seção, analisaremos o quarto capítulo da obra de Campagnolo, intitulado “Subversão de identidades”. Nessa seção, a autora refuta alguns fragmentos de *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de autoria Judith Butler (2020). Serão examinados dois trechos desse título, citados de maneira direta no *corpus* principal. As “Análises 8 e 9”, estarão subdivididas em dois enunciados: A1, A2 (da obra de Butler, texto-fonte) e B (da obra de Campagnolo).

Por fim, na seção 5, serão analisados trechos do quinto capítulo do livro de Campagnolo, “O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista”. Tais excertos se referem a duas obras de dois autores distintos: *Reivindicação dos direitos da mulher* de Mary Wollstonecraft (2016) e *A sujeição das mulheres*, de John Stuart Mill (2019). De maneira similar às seções anteriores, as “Análises 10 e 11” estarão subdivididas (cada uma delas) em enunciados A (citados das publicações de Wollstonecraft e Mill) e B (pertencentes ao livro antifeminista).

Em cada seção, será apresentado um quadro demonstrativo (quadros 1, 2, 3, 4 e 5) dos semas reivindicados pelo sistema de restrições feminista (/+/) e dos semas rejeitados pelo posicionamento antifeminista (/-/), a fim de dar visibilidade ao modo como esse posicionamento constrói simulacros de seu Outro, a saber, o posicionamento feminista.

4.2 Análise capítulo I - Contestação moral-religiosa e educação

4.2.1 Análise 1

Enunciado A

As nefastas consequências da falta de atenção à saúde durante a infância e a juventude estendem-se mais do que se imagina: a dependência do corpo produz de forma natural a dependência da mente: e como pode ser boa esposa ou boa mãe quem emprega a maior parte do tempo em prevenir-se ou padecer da doença? Tampouco é possível esperar que uma mulher se esforce de maneira resoluta para fortalecer sua constituição e se abster de caprichos enervantes, já que desde cedo as noções artificiais de beleza e as descrições falsas de sensibilidade parecem emaranhadas a seu comportamento. **A maioria dos homens às vezes tem de suportar riscos físicos e ocasionalmente aguentar a inclemência do meio social:** mas as mulheres elegantes são escravas do próprio corpo e se vangloriam de sua sujeição. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 67, grifo nosso).

Enunciado B

Comparando a sua vida à de um homem pobre e camponês uma mulher burguesa não tinha do que reclamar. Mary reconhece que **“a maioria dos homens às vezes tem de suportar riscos físicos e ocasionalmente aguentar a inclemência do meio social”**. A massa de homens ingleses do século XVII vivia, certamente, com menos da metade do conforto de que desfrutava a própria Wollstonecraft nos últimos anos de sua vida. (CAMPAGNOLO, 2019 p. 44, grifo nosso¹).

¹ Para um melhor entendimento de nossa análise, destacaremos os excertos em forma de citação em negrito.

O enunciado destacado em B está entre aspas, pois se trata de uma citação direta do livro da autora Mary Wollstonecraft. Conforme Maingueneau (2008a), as citações não são simplesmente um fragmento de um enunciado, mas com elas vêm também as palavras, o estatuto do enunciador e do enunciatário etc. É por meio disso que se manifesta a alteridade, a condição do Outro posta em conflito com o corpo citante. Apesar de o fragmento ser idêntico ao texto fonte, ele foi recortado exatamente antes dos dois pontos, causando, assim, uma descontextualização da citação do texto fonte e apresentando uma nova direção argumentativa no texto em que a citação foi inserida. A utilização de dois pontos no texto fonte tem a finalidade de esclarecer o fragmento anterior, que explica que as mulheres se tornam escravas de seu próprio corpo, e que essa dependência ao corpo ocasiona a dependência da mente. Segundo Wollstonecraft (2016, p. 67) esses fatores são ocasionados pelo modo com que as mulheres burguesas são educadas desde a infância. A autora afirma que: “desde cedo as noções artificiais de beleza e as descrições falsas de sensibilidade parecem emaranhadas a seu comportamento.”

No excerto B, o enunciado é introduzido pelo verbo “reconhecer”, verbo transitivo direto que significa “admitir ou certificar como verdadeiro”. Portanto, o discurso encontrado no livro antifeminista afirma que o texto-fonte reconhece que os homens têm uma vida mais difícil que a das mulheres, distanciando-se, pois dele, cujo discurso, como é possível verificar em A, descreve a mulher como dependente de seu próprio corpo.

Dessa forma, podemos observar que o discurso antifeminista traduz o discurso feminista conforme o sistema de restrições semânticas de sua própria formação discursiva, criando dele um simulacro. O posicionamento antifeminista se vincula a um dispositivo que o leva a interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo tais enunciados na categoria do registro negativo de seu próprio sistema de restrições. Em outras palavras, os enunciados feministas só são compreendidos no fechamento semântico do antifeminismo, construindo deles simulacros. Maingueneau (2008b, p. 99-100) afirma que “A cada posição discursiva se associa um dispositivo que faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema”. Dessa perspectiva, podemos reconhecer dois semas, a partir dos quais se constroem esses simulacros: aquilo que, para o posicionamento feminista, é escravidão (/+ escravidão/) é lido pelo registro negativo do posicionamento antifeminista como conforto (/ - conforto/)².

O discurso antifeminista retoma o fragmento do discurso feminista e o insere em outro co/contexto, dando-lhe um tratamento semântico distinto. Conforme Maingueneau (2008b),

² O sinal (-) é uma forma de sinalizar que se trata do simulacro (do avesso) construído pelo posicionamento antifeminista.

poderíamos afirmar que, a partir de um sistema de restrições próprio, o discurso antifeminista, procurando definir sua identidade, busca delimitar suas diferenças em relação ao discurso feminista com o qual trava relações no campo discursivo em que se inserem: o político (em que discutem o lugar da mulher na sociedade). O discurso antifeminista busca instaurar seu posicionamento como legítimo, por meio, dentre outros modos, desse movimento de construção de simulacros de seu Outro.

4.2.2 Análise 2

Enunciado A

Tal desprezo pelo entendimento nas primeiras etapas da vida tem consequências mais funestas do que comumente se supõe, pois os poucos conhecimentos que as mulheres de mente forte adquirem são, por circunstâncias diversas, de um tipo mais volúvel do que o conhecimento dos homens e são obtidos mais pela pura e simples observação da vida real do que pela comparação daquilo que foi observado individualmente com os resultados de experiências generalizadas pela especulação. Levadas por sua situação de dependência e suas ocupações domésticas a estar mais em sociedade, elas aprendem aos poucos e, como **para elas, em geral, o aprendizado é algo secundário, não se dedicam a nenhuma disciplina com o ardor e perseverança necessários para dar vigor às faculdades e clareza ao julgamento.** (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 43, grifo nosso).

Enunciado B

O casamento, tantas vezes difamado pelo movimento feminista, acusado de ser a maior estratégia opressora do Ocidente, era, muitas vezes, o meio pelo qual as mulheres conseguiam mais conforto e proteção em meio a épocas de fome, violência ou barbárie. Mary Wollstonecraft até se opõe ao casamento, como veremos adiante, mas queixa-se principalmente do fato de que a situação exigia das mulheres poucas virtudes além da beleza e certo refinamento, o que as tornava medíocres e desinteressantes para qualquer temática mais profunda. Observando as mulheres do seu tempo, ela traça um perfil: [...] **para elas, em geral, o aprendizado é algo secundário, não se dedicam a nenhuma disciplina com ardor e perseverança necessários para dar vigor às faculdades e clareza ao julgamento.** (CAMPAGNOLO, 2019 p. 45, grifo nosso).

O fragmento analisado encontra-se no capítulo 2 do texto-fonte, que tem como título: *Discussão sobre a opinião prevalecente a respeito do caráter sexual*. Nesse capítulo, a autora descreve como a mulher do século XVIII é educada desde sua infância para atrair e servir ao homem, seguindo o mesmo caminho das suas mães, avós, etc. Mary Wollstonecraft não está de

acordo com esse destino imposto ao sexo feminino e contesta, por meio de seu livro, as diferentes formas de educar meninos e meninas. A autora acredita que ambos os sexos devem ser educados igualmente a fim de se tornarem indivíduos independentes:

Consequentemente, a educação mais perfeita é, em minha opinião, um exercício do entendimento, calculado o melhor possível para fortalecer o corpo e formar o coração. Em outras palavras, para possibilitar ao indivíduo alcançar tais hábitos de virtude que o tornarão independente. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 42).

A autora ainda cita autores como Rousseau, entre outros, que escrevem sobre educação direcionada aos homens, desprezando a capacidade intelectual das mulheres; ela os culpa por contribuírem para a estereotipização do caráter frágil e artificial atribuído ao sexo feminino.

No excerto B, podemos observar uma citação direta, que vem para reafirmar o discurso antifeminista. Segundo Maingueneau (2008b, p. 182, grifo do autor), mesmo quando “[...] o DD [discurso direto] relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade”. No excerto B, como pode ser observado, foi omitido o início do fragmento do texto fonte, sendo esse substituído pelas reticências entre chaves. Tal omissão descontextualiza o fragmento, descontextualização essa que é reforçada mais ainda pela inserção desse fragmento em um discurso oponente.

Ao destacar o trecho e tirá-lo de seu co/contexto original, a autora antifeminista produz como efeito a ideia de que o feminismo é um movimento contraditório e que não tem como foco a defesa das mulheres. Ela “comprova”, por meio da citação direta do discurso feminista, que o feminismo ataca as mulheres. Nesse trecho, também podemos observar o processo de interincompreensão de que fala Maingueneau (2008b). O discurso antifeminista constrói, em função do modo como cita o Outro, o efeito de sentido de que a autora feminista afirma que as mulheres eram medíocres e desinteressadas. Entretanto, o mesmo enunciado, tomado no contexto da obra feminista, constrói um efeito de sentido muito diferente, a saber, de que as mulheres eram dependentes de seus afazeres domésticos e aprendiam aos poucos, apesar de todas as dificuldades impostas. Esse movimento que acabamos de descrever desemboca num simulacro que o discurso antifeminista constrói do discurso feminista, uma vez que semas como /+ dependência/ e /+ aprendizagem/ estruturantes do discurso feminista são traduzidos, pelo discurso antifeminista, respectivamente, como /- mediocridade/ e /- desinteresse/. Em outras palavras, atos que são considerados pelas feministas como desvantagens para as mulheres, são considerados como escolhas para as antifeministas.

4.2.3 Análise 3

Enunciado A

Mas, se a força física é, com certa razão, motivo de orgulho dos homens, por que as mulheres se encantam tanto com um defeito? Rousseau lhes proporcionou uma desculpa plausível, que só ocorreria a um homem cuja imaginação corre solta para refinar as impressões causadas pelos sentidos delicados; assim, elas teriam um pretexto para render-se ao apetite natural, sem violar uma espécie de modéstia romântica que satisfaz o orgulho e a libertinagem masculinos.

As mulheres, enganadas por tais sentimentos, às vezes se vangloriam de sua fraqueza, ganhando poder de modo astuto ao jogar com a fraqueza dos homens; e elas podem louvar sua influência ilícita, porque, como os paxás turcos, têm mais poder do que seus senhores; mas a virtude é sacrificada às satisfações temporárias, e a respeitabilidade da vida ao triunfo de uma hora.

As mulheres como os déspotas, talvez tenham agora mais poder do que teriam se o mundo, dividido e subdividido em reinos e famílias, fosse governado por leis deduzidas do exercício da razão; mas, para continuarmos a comparação, a obtenção de tal poder degrada seu caráter e dissemina a licenciosidade em todo o conjunto da sociedade. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 63, grifo nosso).

Enunciado B

Mary acreditava que era preciso que delas fosse exigido o mesmo que se exige dos homens. Essa primeira premissa pontua uma clara distinção da reivindicação: as mulheres estariam sob uma casca social protetora, e não opressora. **“As mulheres [...] às vezes se vangloriam de sua fraqueza, ganhando poder de modo astuto ao jogar a fraqueza dos homens; e elas podem louvar sua influência ilícita, porque, como paxás turcos, têm mais poder do que seus senhores, mas a virtude é sacrificada às satisfações temporárias, e a respeitabilidade da vida, ao triunfo de uma hora. As mulheres, como déspotas, talvez tenham agora mais poder do que teriam se o mundo, dividido e subdividido em reinos e famílias, fosse governado por leis deduzidas do exercício da razão”.** (CAMPAGNOLO, 2019, p. 46, grifo nosso).

O fragmento A foi extraído do terceiro capítulo do livro de Mary Wollstonecraft (2016), intitulado “Continuação do Mesmo Assunto”, capítulo que, como o próprio nome sugere, é o seguimento do capítulo anterior, “Discussão sobre a opinião prevalecente a respeito do caráter sexual”. Wollstonecraft (2019), nesses capítulos, contesta alguns autores que escreviam sobre o papel da mulher na sociedade, sendo um deles o filósofo Rousseau, que, segundo a autora, defendia que a mulher deveria ser educada para agradar o homem, ser útil a ele e criar os filhos: “Rousseau, bem como a maioria dos escritores que têm seguido seus passos, defende com ardor que a educação das mulheres seja dirigida inteiramente a um objetivo: fazê-las agradáveis.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 48).

Tanto a introdução do excerto feito no livro de Campagnolo (2019), quanto o corte do texto marcado pelas reticências entre chaves, descontextualizam o fragmento, mudando, desse modo, totalmente a direção argumentativa do texto fonte e redirecionando-a a seu oposto. Assim, pode-se observar a alteridade do enunciador em relação ao texto citado, em função do conflito existente entre as formações discursivas feminista e antifeminista: o que a formação discursiva feminista considera como “enganadas por sentimentos”, a formação discursiva antifeminista lê como “casca social protetora”. Desse modo, podemos depreender dessa contraposição o seguinte modo de funcionamento da construção do simulacro: o que para a formação discursiva feminista é /+ engano/, é lido pela antifeminista como /- proteção/.

O que ocorre nos fragmentos citados (seguindo os postulados de Maingueneau, 2008b) é a tradução de um discurso paciente por um discurso agente, segundo a semântica global desse discurso e, em função disso, um discurso só é capaz de compreender o Outro por intermédio de simulacros.

No Quadro 1, sistematizamos os semas valorizados pelo sistema de restrições da FD feminista e os simulacros deles construídos pela FD antifeminista.

Quadro 1: Semas valorizados pela FD feminista e simulacros deles construídos pela FD antifeminista

Semas reivindicados pela FD feminista	Simulacros construídos pela FD antifeminista
/+ escravidão/	/- conforto/
/+ dependência/	/- mediocridade/
/+ aprendizagem/	/- desinteresse/
/+ engano/	/ - proteção/

Fonte: elaborado pela autora.

É ainda relevante observar que os enunciados citados pela obra antifeminista foram destacados da obra original, caracterizando-se como uma extração de um fragmento de texto. Tais enunciados, entretanto, não foram retirados do seu texto-fonte de maneira aleatória, mas devido a suas propriedades enunciativas, dentre elas, sua forte relação com o tema central do texto onde foram inseridos. Mussalim (2013, p. 469) afirma que:

O destacamento não acontece de maneira indiferenciada em um texto – alguns fragmentos, em função de características de diversas ordens, são (mais) suscetíveis à operação de destacamento. Um enunciado se apresenta como destacável, entre outras coisas, por suas propriedades enunciativas; por sua forte ligação com a temática central do artigo.

Nos fragmentos B das análises 1, 2 e 3, podemos observar que foram feitas as seguintes modificações nos excertos conforme os textos-fonte: i) fragmento B da análise 1 foi omitido o final da frase; ii) fragmento B da análise 2 foi omitido o início da frase e tal omissão foi

sinalizada por três pontos entre chaves; iii) finalmente, na terceira e última análise, no fragmento B foi omitido um pequeno trecho dentro do texto que também foi sinalizado por três pontos entre chaves. A supressão dos fragmentos citados indicia uma destextualização dos fragmentos do texto-fonte e sua ressignificação nos textos onde foram inseridos (trata-se de um destacamento forte (MAINGUENEAU, 2014), uma vez que os fragmentos destacados estão separados (não contíguos) do texto-fonte, e esse texto não é, de imediato, acessível ao leitor). Tais supressões mudam sensivelmente o sentido dos enunciados originais e suas ressignificações se adéquam à semântica discursiva da obra onde foram introduzidas. Conforme Maingueneau (2014), a interpretação de aforizações de um texto pode variar segundo o quadro onde elas estiverem inseridas. No entanto, o intérprete é guiado, muitas vezes forçosamente, pelo enunciador, que gere sua enunciação de modo a encaminhá-lo a interpretações específicas.

Nesse sentido, é possível afirmar, a partir das três análises apresentadas nesta seção, que há uma evidente pretensão de corroborar, através das alterações dos excertos, um posicionamento divergente (o antifeminista) do texto-fonte.

4.3 Análise capítulo II - Inserção da mulher no universo masculino

Esta seção traz as análises de dois fragmentos do livro *Política Sexual*, de autoria de Kate Millett (1974), que aparecem no segundo capítulo da obra de Campagnolo, a saber, “Inserção da mulher no universo masculino”.

Kate Millett (1934-2017) foi uma ativista feminista que teve grande destaque durante a segunda onda feminista. A obra é resultado da sua tese de doutorado e faz um panorama histórico de séculos de exclusão das mulheres do ponto de vista legal, político e cultural. *Política sexual* é considerado o primeiro livro de crítica literária feminista. A obra fala sobre alguns clássicos da literatura e sobre obras filosóficas e da psicologia, analisadas sob a perspectiva das relações de gênero e da representação da mulher.

Nessa obra a autora defende a igualdade de gêneros, afirmando que as diferenças entre os sexos são criadas por questões culturais que não se justificam. Segundo as feministas, o livro expressa a esperança no empoderamento feminino e a libertação das mulheres.

Segundo Campagnolo, o capítulo “Inserção da mulher no universo masculino” trata, de como a mulher foi inserida nos ambientes masculinos de exploração e de repressão, bem como da primeira onda feminista, que foi marcada pelo direito feminino ao voto e das *suffragettes*³:

³ *Suffragettes*, grupo de mulheres britânicas militantes de uma das primeiras organizações feministas em prol do voto feminino (NÓBREGA, 2015).

Arbitrariamente, separei para esse segundo capítulo apenas as querelas relacionadas à *inserção* da mulher no mercado de trabalho e na política, deixando a segunda fase da primeira onda – que corresponde à liberação sexual – para o terceiro capítulo, pois entendo que é parte do mote específico da segunda onda. (CAMPAGNOLO, 2019 p. 29-30, grifo da autora).

Apesar de o capítulo centrar-se, sobretudo, na primeira fase da primeira onda feminista, o livro de Kate Millett (1974) é citado em forma de discurso direto, ainda que a autora, historicamente, esteja situada na segunda onda do movimento feminista.

Como nas análises anteriores, apresentaremos os enunciados, conforme encontrados no livro de Millett, texto-fonte e, em seguida, os enunciados, tal como aparecem no livro de Campagnolo (2019). Assim sendo, A refere-se aos enunciados do texto-fonte e B aos enunciados do texto de Campagnolo.

4.3.1 Análise 4

Enunciado A

Os encargos com as crianças e os trabalhos domésticos repousavam ainda inteiramente sobre as mulheres, muitas vezes reduzidas aos seus próprios recursos, dado que a responsabilidade paterna era frequentemente descuidada. Encorajadas a trabalhar, estas mulheres tinham por único benefício a responsabilidade de três ocupações com que deviam arcar simultaneamente. Na ausência de creches e de ajudas aos trabalhos domésticos, **“as crianças vagueavam frequentemente pela rua; a delinquência juvenil tornou-se um perigo considerável”**. O problema era em grande parte econômico. O governo, que mal recuperava ainda da terrível pobreza dos primeiros anos, dava prioridade às indústrias pesadas e ao armamento. Nas situações conturbadas, é simplesmente mais fácil deixar a reação substituir a revolução, e, em 1936, Svetlov, personalidade oficial do Partido, podia anunciar que o Estado, «provisoriamente na incapacidade de assumir as funções da família», era obrigado a conservá-la. (MILLETT, 1974, p. 165, grifo nosso).

Enunciado B

O problema, no entanto, é que essa experiência feminista na legislação fracassou até mesmo no governo socialista, ou melhor, no primeiro governo assumidamente comunista que o mundo conheceu. Mesmo a autora feminista Kate Millett é obrigada a admitir: **As crianças vagueavam frequentemente pela rua, a delinquência juvenil tornou-se um perigo considerável**. Essa era a situação de um país que havia se curvado às sugestões feministas. Percebe-se a ironia: depois da revolução socialista os homens revolucionários passaram a abandonar suas mulheres com facilidade e ainda usavam como justificativa a acusação de “reacionárias” a elas. (CAMPAGNOLO, 2019 p. 108, grifo nosso).

Os enunciados destacados A e B abordam a situação de crianças após a inserção da mulher no mercado laboral, apesar de terem sido produzidos em diferentes condições de produção e apresentarem cotextos distintos. No enunciado B, ao se realizar uma citação direta de um fragmento de A, foi omitido o princípio da frase, na qual se citam os motivos pelos quais as crianças se encontravam em situação de abandono e delinquência. Esses motivos, segundo Millett, eram a ausência de creches e de ajuda às mulheres nos trabalhos domésticos. Além disso, no enunciado A, as mulheres aparecem como conquistadoras do direito a trabalhar fora de casa, mas conservando todos dos seus deveres de dona de casa e mãe, sem nenhum tipo de ajuda por parte do homem. Diferentemente, no enunciado B fala-se do fracasso de um governo que “havia se curvado às sugestões feminista”. (MILLETT, 1974, p. 165). Ou seja, culpam-se exclusivamente as feministas por esse fracasso político.

Conforme Maingueneau (2008a), as citações só podem atuar como um extrato de texto quando não se faz a mínima exploração das mesmas. Entretanto, podemos observar que existe um universo semântico incompatível entre duas formações discursivas – feminista e antifeminista – que interpretam um mesmo enunciado de maneiras distintas, do interior de fechamentos semânticos diferentes. A FD feminista menciona que as mulheres foram encorajadas a trabalhar fora do lar, enquanto a FD antifeminista traduz isso como um fracasso do governo socialista que “escutou” as feministas. Nesse sentido, podemos extrair dois semas distintos, cujo modo de interação rege a construção dos simulacros: o que para o posicionamento feminista é encorajamento (/+ encorajamento/) é lido pelo registro negativo do posicionamento antifeminista como fracasso (/–fracasso/).

O discurso antifeminista insere o fragmento do discurso feminista em seu fechamento, ressignificando-o. Assim, com base em um sistema de restrições próprio (MAINGUENEAU, 2008b), o discurso antifeminista busca estabelecer sua identidade e delimitar suas diferenças em relação ao discurso feminista, com o qual mantém uma relação polêmica.

4.3.2 Análise 5

Enunciado A

Mais uma vez somos obrigados a concluir que a política sexual, embora ligada à economia e a outros elementos apreciáveis da organização social, é, tal como o racismo ou como certos aspectos do sistema de casta, antes de mais uma ideologia, um modo de vida, que exerce a sua influência sobre todas as outras

facetas psicológicas e afetivas da existência. Criou assim, por consequência, uma estrutura psíquica, profundamente incrustada no nosso passado, susceptível de se intensificar ou atenuar, mas que nenhum povo, até agora, conseguiu ainda eliminar. A União Soviética fez de facto um esforço consciente para pôr fim ao sistema patriarcal e reestruturar a sua instituição mais fundamental — a família. **Depois da revolução, foram votadas todas as leis possíveis para libertar o indivíduo das amarras familiares: liberalização do casamento e do divórcio, contraceção e aborto autorizado. Sobretudo, mulheres e crianças escaparam ao controle econômico do marido. Sob o regime coletivo, a família começou a desintegrar-se, e as fissuras produziram-se seguindo exatamente o traçado que tinha presidido à sua construção. O sistema patriarcal começou, por assim dizer, a fazer marcha atrás, enquanto a sociedade voltava à comunidade de trabalho democrática que as autoridades socialistas descrevem sob o nome de matriarcado.** A 19 de Dezembro de 1917 e a 17 de outubro de 1918, Lenine promulgou dois decretos que retiravam aos homens todas as prerrogativas sobre os membros da sua família e reconheciam às mulheres o direito à autodeterminação econômica, social e sexual total, podendo estas, naturalmente, escolher livremente o seu domicílio, o seu nome e a sua cidadania. No plano legal, tudo estava previsto para tornar possível esta igualdade política e econômica. Contudo, uma revolução sexual não se efetua à força de decretos, como bem sabia Lenine, e fizeram-se todos os esforços no sentido de tornar a independência financeira das mulheres e das crianças uma realidade: criação de creches, instituição de um sistema coletivo de trabalhos domésticos para aliviar as mulheres dessas penosas e ingratas tarefas, concessão de subsídios de maternidade, acolhimento às mulheres, num pé de igualdade, no mundo do trabalho, que, tal como a educação e o alojamento, se tornaria também coletivo. Apesar de tudo isto, a experiência soviética fracassou e foi abandonada. Ao longo dos anos 30 e 40, a sociedade russa começou a parecer-se cada vez mais com o sistema patriarcal evoluído dos outros países ocidentais; em certas épocas, enalteceu mesmo a família tradicional com tanto zelo como estes últimos, incluindo a Alemanha nazista. Os motivos da contra revolução são numerosos e complexos; contudo, muitos observadores de tendências conservadoras alegraram-se de tal forma com este acontecimento que o atribuem de boa vontade à natureza, à «tragédia biológica das mulheres», à vida eterna e ao valor da família patriarcal, e por aí fora. (MILLETT, 1974, p. 161-162, grifo nosso).

Enunciado B

Ainda hoje, muitas mulheres continuaram a se enganar confiando em movimentos revolucionários esquerdistas, exatamente como fizeram as mulheres russas na década de 1910. O que aconteceu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas depois da Revolução deveria servir de lição: **Depois da revolução, foram votadas todas as leis possíveis para libertar o indivíduo das amarras familiares: liberalização do casamento e do divórcio, contraceção e aborto autorizado. Sobretudo, mulheres e crianças escaparam do controle econômico do marido. Sob o sistema coletivo, a família começou a se desintegrar a partir das linhas em que foi construída. O sistema patriarcal começou, por assim dizer, a fazer marcha -atrás, enquanto a sociedade voltava à comunidade de trabalho democrática que as autoridades socialistas descreveram sob o nome de matriarcado.** A princípio esse parece um sonho de qualquer feminista.

Certamente, todas essas pautas – divórcio, contracepção, aborto e independência financeira – estão no centro das propostas da esquerda para as mulheres. (CAMPAGNOLO, 2019 p. 107, grifo nosso).

No excerto A, Kate Millett (1974) discorre sobre algumas questões políticas que envolvem os direitos femininos na União Soviética na década de 1910, que estava fazendo alguns movimentos políticos para erradicar o sistema patriarcal⁴ – onde se prevalecem as relações de domínio do homem sobre a mulher – e dar às mulheres direitos iguais aos dos homens. Mas, com a própria autora menciona no seu texto, as leis não foram suficientes para mudar o panorama da situação das mulheres, e o sistema patriarcal voltou a ser instaurado depois de pouco tempo e devido a alguns acontecimentos. O excerto destacado no enunciado A refere-se à decadência do sistema patriarcal da época. No entanto, no enunciado B o mesmo excerto, destacado do texto-fonte, foi inserido, em outro co/contexto, em que todas as vantagens que o texto destacado cita, em relação as mulheres, passam a ser lidas, pelo antifeminismo, como enganos de movimentos revolucionários de esquerda e fracasso da proposta feminista. Portanto, a formação discursiva (FD) antifeminista traduz o movimento político acima descrito, como um movimento enganoso, enquanto a formação discursiva feminista descreve o mesmo movimento como “esforço consciente” para acabar com o sistema patriarcal.

Segundo Maingueneau (2008b), em um espaço discursivo determinado podemos supor a existência de uma oposição entre um “Mesmo” e um “Outro”, que se constituem ao se delimitarem simultaneamente, de modo que não se pode estabelecer diferença entre enunciar de acordo com as regras de determinado discurso e, ao mesmo tempo, não compreender os enunciados do Outro. Este processo ocorre de maneira recíproca, ou seja, uma formação discursiva somente compreenderá o seu Outro de acordo com o seu próprio registro semântico. Tal registro é composto por semas positivos, reivindicados, e semas negativos, rejeitados. Assim sendo, podemos destacar dois semas por meio dos quais é possível compreender o processo de interincompreensão e construção de simulacros: o sema /+esforço/, reivindicado pelo posicionamento feminista, que, por sua vez, é lido pelo posicionamento antifeminista como /-engano/.

Novamente podemos perceber, com base no sistema de restrições semânticas, que o discurso antifeminista busca definir sua identidade e delimitar suas diferenças em relação ao discurso feminista com o qual polemiza no campo político (uma vez que, de um modo ou de

⁴ Patriarcado: sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual (FOLTER, 2021).

outro, a problemática da (des)igualdade social, incluindo a de gênero, inscreve-se num campo político lato sensu).

No Quadro 2, sistematizamos os semas reivindicados pelo sistema de restrições da FD feminista e os simulacros deles construídos pela FD antifeminista.

Quadro 2 - Semas valorizados pela FD feminista e simulacros deles construídos pela FD antifeminista

Semas reivindicados pela FD feminista	Simulacros construídos pela FD antifeminista
/+ esforço/	/- engano/
/+ encorajamento/	/- fracasso/

Fonte: elaborado pela autora.

É ainda relevante observar, mais uma vez, que os enunciados citados pela obra antifeminista foram destacados da obra original, caracterizando-se como uma extração de um fragmento de texto. Tais enunciados, entretanto, não foram retirados do seu texto-fonte de maneira aleatória, mas devido a suas propriedades enunciativas, que têm uma sólida relação com o texto onde foram introduzidas. Também vale observar que, ao destacar um enunciado e não outro, o aforizador está silenciando sentidos e reconstruindo outros percursos ideológicos para o seu leitor/ouvinte. Na Análise 1, por exemplo, em A, o fragmento refere-se à falta de ajuda do governo para com as mães trabalhadoras, do que decorre que as crianças se tornem vulneráveis ao abandono e à delinquência. Já no enunciado B, o mesmo excerto – introduzido em outro co/contexto – constrói um efeito de sentido segundo o qual a culpa da situação de abandono das crianças é das feministas. Como podemos observar, trata-se do mesmo excerto, mas com efeitos de sentido distintos, em função das FDs em que são produzidos/introduzidos. Nesse sentido, conforme afirma Maingueneau (2010, p. 15), “a aforização resulta de uma operação de destacamento que é pertinente, o leitor deve construir interpretações que permitam justificar esta pertinência”.

Na análise 2 podemos observar que, no enunciado A, o fragmento que antecede ao destacamento, explica que a União Soviética fez muitos esforços por acabar com o sistema patriarcal e reestruturar a instituição família. Logo após o fragmento destacado, é explicado o motivo pelo qual a tentativa do governo soviético falhou. No enunciado B, o fragmento que antecede o enunciado citado afirma que atualmente as mulheres continuam a confiar nos movimentos esquerdistas, como no governo soviético na década de 1910, e coloca tal fato como um exemplo de fracasso para as feministas. Nesse sentido, a aforização determina um sistema de ressignificação da citação, uma vez que não representa mais o que o Outro tal como ele é, mas o simulacro que dele constrói.

4.4 Análise capítulo III - Reprodução feminina do vício masculino

Em “*Reprodução feminina do vício masculino*”, o terceiro capítulo da obra de Ana Campagnolo (2019), a autora descreve, segundo sua concepção, o final da segunda onda feminista e o princípio da terceira, que se destaca pelas promiscuidades, pela imoralidade sexual e pela irresponsabilidade paterna. É também neste terceiro capítulo que a autora afirma apresentar a “[...] consagração da revolução sexual como incontestado objetivo do movimento feminista.” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 30), abordando o papel de Simone de Beauvoir no movimento feminista e citando excertos do livro da autora, *O Segundo Sexo*. Na presente seção, analisaremos dois desses excertos citados por Campagnolo.

A obra *O segundo sexo* está dividida em dois volumes, que se intitulam *Fatos e Mitos* e *A experiência vivida*. Os excertos analisados foram, respectivamente, extraídos do primeiro e terceiro capítulos do primeiro volume do livro de Beauvoir (*Fatos e mitos*).

4.4.1 Análise 6

Enunciado A

A mulher é mais fraca que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menos capacidade respiratória, corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta. A essa fraqueza acrescentam-se a instabilidade, a falta de controle e a fragilidade de que falamos: são fatos. Seu domínio sobre o mundo é, portanto, mais estrito; ela tem menos firmeza e menos perseverança em projetos, os quais é também menos capaz de executar. Isso significa que sua vida individual é menos rica que a do homem. Em verdade, esses fatos não poderiam ser negados, mas não têm sentido em si. Desde que aceitamos uma perspectiva humana, definindo o corpo a partir da existência, a biologia torna-se uma ciência abstrata; no momento em que o dado fisiológico (inferioridade muscular) assume uma significação, esta surge desde logo como dependente de todo um contexto; a “fraqueza” só se revela como tal à luz dos fins que o homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe, das leis que se impõem. Se não quisesse apreender o mundo, a própria ideia de *posse* das coisas não teria mais sentido; quando o pleno emprego da força corporal não é exigido nessa apreensão, abaixo do mínimo utilizável, as diferenças anulam-se; onde os costumes proibem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio para que a noção de *fraqueza* possa ser concretamente definida. (BEAUVOIR, 2016, p. 62, grifo nosso).

Enunciado B

Se a natureza for o juiz excelente entre a humanidade, então a superioridade do macho estará afirmada cabalmente. É difícil entender a recorrência do argumento da “naturalidade” entre as teses de algumas feministas. A própria Simone admite: **A mulher é mais fraca que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menos capacidade respiratória, corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta. A essa fraqueza acrescentam-se a instabilidade, a falta de controle e a fragilidade de que falamos: são fatos. Seu domínio sobre o mundo é, portanto, mais estrito; de executar. Isso significa que sua vida individual é menos rica que a do homem. Em verdade, esses fatos não poderiam ser negados, mas não têm sentido em si.** (CAMPAGNOLO, 2019 p. 165, grifo nosso).

Conforme já afirmado, o primeiro excerto analisado foi extraído do primeiro capítulo do primeiro volume, *Fatos e mitos*, da obra de Simone de Beauvoir (2016), *O segundo sexo*. Neste capítulo, a autora expõe, entre outras coisas, que os dados biológicos existentes sobre homens e mulheres são interpretados a partir de uma perspectiva do patriarcado. Conforme Beauvoir (2016), não existe desigualdade entre os sexos atestado pela biologia, ou seja, não existe superioridade entre os sexos. Biologicamente, pode haver uma diferença de força física entre homens e mulheres, mas essa força pode mudar dependendo das circunstâncias, uma vez que a estrutura mais forte ou mais fraca de ambos é anulada, pois a utilização da força física nem sempre é necessária.

No enunciado A, Beauvoir expõe alguns argumentos por meio dos quais busca romper o paradigma segundo o qual a superioridade masculina é baseada em argumentos falazes. No enunciado B, por sua vez, o trecho destacado do texto-fonte é mobilizado para sustentar a “superioridade do macho”. Ao citar esse trecho, Campagnolo omite a parte posterior do enunciado, que explica, contra-argumentando, os motivos pelos quais, para Beauvoir, a força física masculina não pode ser interpretada como sinal de superioridade: em uma sociedade na qual a força física não seja sinônimo de poder, essa suposta superioridade masculina se evapora, não tem mais sentido, a superioridade biológica masculina se desvanece. Além disso, o excerto extraído do texto fonte é introduzido, no enunciado B, pela palavra “admitir” seguida de dois pontos, o que conduz à interpretação de que o que se segue aos dois pontos certifica que o discurso feminista reconhece a superioridade do homem em relação a mulher. O resultado dessa estratégia é muito bem descrito por Maingueneau (2008a, p. 107):

A citação exerce um papel absolutamente crucial; rompendo a continuidade do Mesmo com fragmentos localizáveis do Outro, aparece como um engodo

necessário, que introduz apenas um simulacro através do próprio gesto que parece introduzir a realidade de um corpo estranho.

O que ocorre em B é, segundo os postulados de Maingueneau (2008b), a tradução de um discurso paciente por um discurso agente, segundo a semântica global desse discurso e, em função disso, constroem-se, daquele, simulacros: o que para a FD feminista é /+ biologia/, é lido pela FD antifeminista como /-natureza/ (o sexo masculino é naturalmente superior); o que a FD feminista considera /+homem/, é traduzido pela FD antifeminista como /-macho/ (sema que também carrega, além do traço “sexo masculino”, os traços “virilidade”, “força”, “vigor”. Nesse sentido,

um espaço discursivo delimitado pressupõe a coexistência de um Mesmo e de um Outro que se opõem, constituem-se, delimitam-se, replicam-se etc. Isso quer dizer que enunciar de acordo com as regras de um dado discurso implica necessariamente não compreender os enunciados do Outro. A interincompreensão significa mais do que uma simples troca entre discursos. Trata-se de um processo de interpretação recíproca, em que cada formação discursiva somente “compreenderá” o seu Outro de acordo com seu próprio registro que inclui “os semas ‘positivos’, reivindicados” e “os semas ‘negativos’, rejeitados”. (BARONAS; COX, 2013, p. 76, grifos do autor).

4.4.2 Análise 7

Enunciado A

A virgindade de Maria tem principalmente um valor negativo. Não é carnal aquela por quem a carne foi resgatada; não foi tocada nem possuída. À Grande Mãe asiática, não se lhe reconhecia tampouco um esposo: ela engendra o mundo e sobre ele reinava solitariamente, podia ser lúbrica por capricho, mas nela a grandeza da Mãe também não conheceu a mácula que a sexualidade implica. Aparentada à Minerva guerreira, ela é torre de marfim, cidadela, torreão inexpugnável. As sacerdotisas antigas, como a maioria das santas cristãs, eram igualmente virgens. A mulher votada ao bem deve sê-lo no esplendor de suas forças intactas; cumpre que ela conserve em sua integridade indomada, o princípio de sua feminilidade. Se se recusa a Maria o caráter de esposa é para lhe exaltar mais puramente a Mulher-Mãe. Mas é somente aceitando o papel subordinado que lhe é designado que será glorificada. “Eu sou serva do senhor”. **Pela primeira vez na história da humanidade, a mãe ajoelha-se diante do filho; reconhece livremente a própria inferioridade.** É a suprema vitória masculina que se consuma no culto de Maria: é a reabilitação da mulher pela realização da derrota. (BEAUVOIR, 2016, p. 236-237, grifo nosso).

Enunciado B

Para Simone, o corpo é um fardo, livrar-se dele é começar a se liberar. Com a maternidade é diferente. Estamos acostumados a pensar na gestação como fonte de vida e luz: mas, para ela, ao contrário, aceitar uma gravidez é aceitar

ser “escravizada como mãe”. Ao odiar a maternidade e a feminilidade, ela odeia, imediatamente, o símbolo máximo dessas virtudes, a Virgem Maria: **A virgindade de Maria tem principalmente um valor negativo [...] pela primeira vez na história da humanidade, a mãe ajoelha-se diante do filho; reconhece livremente a própria inferioridade.** É absurdo supor que Simone tenha esquecido que Jesus, o Filho, ainda bebê, fez curvarem-se diante dele três reis magos, fez sentir temor o Rei Herodes, fez prostrarem-se, no fim das contas, milhares de homens poderosos que hoje repetem o ato de ajoelhar-se voluntariamente. Não foi somente Maria, mãe que se curvou. De toda forma, Simone se levanta claramente contra a moral cristã. Para ela, a Bíblia é responsável, em parte, pela condição de humilhação da mulher em relação ao homem. Apontando para o Gênesis, ela acusa a Bíblia de colocar a mulher em condição de servidão e, já que Adão foi criado primeiro, a mulher passa a ser “secundária”. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 165, grifo nosso).

O segundo excerto analisado também foi extraído do primeiro volume do livro de Simone de Beauvoir (2016), *Fatos e Mitos*, do capítulo intitulado “Os mitos”, em que a autora fala a respeito de vários mitos criados em torno da figura da mulher, desde épocas remotas, e como eles ocupam um papel decisivo para o sexo feminino. Segundo Beauvoir (2016), os mitos criados em torno da mulher são sempre feitos na relação com o homem e, a maioria das vezes, trazem coisas negativas, como, por exemplo, a referência à menstruação da mulher. Segundo a feminista, existe um texto bíblico que faz referência aos sete dias da menstruação como algo impuro. Outro dos mitos mencionado por Beauvoir é o mito da Virgem Maria; segundo a autora, a Virgem Maria foi a primeira mãe a se ajoelhar e a se colocar como inferior ao filho; para ela, no cristianismo, é só pelo papel de mãe que a mulher pode ser amada.

Campagnolo, em B, ao citar Beauvoir, omite parte do enunciado, sinalizando essa omissão com três pontos entre chaves. O excerto omitido explica o ponto de vista de Beauvoir, segundo o qual a virgindade de Maria tem um valor negativo porque se mitifica sua figura, que nunca teve um esposo, nem tampouco praticou o ato sexual para gerar o próprio filho; faz-se ainda uma comparação da figura da Virgem Maria com sacerdotisas antigas e santas.

Os enunciados A e B, apesar de se referirem à figura da Virgem Maria, não o fazem a partir do mesmo enquadre semântico. O discurso paciente (feminista) lê a figura da Virgem Maria como um mito que constrói a ideia de subordinação da mulher ao homem (/+subordinação/), mas o discurso agente, ao citar o discurso feminista o faz resignificando-o de acordo com seu sistema de restrições semânticas, de modo que o sema /+subordinação/ é compreendido como ódio à Virgem Maria (/ódio/).

No Quadro 3, sistematizamos os semas valorizados pelo sistema de restrições da FD feminista e os simulacros deles construídos pela FD antifeminista.

Quadro 3 - Semas valorizados pela FD feminista e simulacros deles construídos pela FD antifeminista

Semas reivindicados pela FD feminista	Simulacros construídos pela FD antifeminista
/+biologia/	/-natureza/
/+homem/	/-macho /
/+subordinação/	/-ódio/

Fonte: elaborado pela autora.

As citações de A, realizadas em B, são aforizações, na medida em que os trechos destacados de A, inseridos em outro contexto, já não representam mais o que o Outro (A) disse, mas sim, a verdade construída pelo aforizador a partir do dito, em outras condições. Nesse sentido é que, segundo Maingueneau (2014, p. 28, grifo do autor), a

enunciação aforizante obedece a uma economia diferente da do texto. Enquanto o texto resiste à apropriação por uma memória, a enunciação aforizante se dá imediatamente como memorável e memorizável. Não é a articulação de pensamentos de um ou de vários locutores por meio de diversos modos de organização textual, mas a expressão de uma convicção, posta absolutamente: nem resposta, nem argumentação, nem narração..., mas pensamento, tese, proposição, afirmação, sentença...

4.5 Análise capítulo IV: Subversão das identidades

Neste apartado faremos a análise de dois fragmentos do livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão das identidades*, de Judith Butler (2020). Esses fragmentos foram citados no quarto capítulo do livro de Campagnolo (2019). Nele, a autora, busca apresentar a segunda e terceira ondas do feminismo, bem como algumas obras e convicções de autoras feministas, como Judith Butler, Margaret Sanger, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Monique Wittig, entre outras. A autora busca “demonstrar” (termo utilizado por Campagnolo), conexões do movimento feminista com incestos, pedofilia, adultério e prostituição, assim como a existência de um sentimento de ódio para com o cristianismo.

Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista e também uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo. No seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão das identidades*, a autora apresenta uma crítica à identidade de gênero tal como tradicionalmente concebida. A estudiosa acredita que a identidade de gênero deveria ser pensada no plural, uma vez que não é possível se conceber que exista apenas uma identidade feminina. Para Butler (2020), não é plausível que haja a libertação da mulher, a menos que primeiro se subverta sua identidade. Outro ponto fundamental defendido pela filósofa é a problematização da oposição binária entre sexo e gênero; na obra, a autora também coloca em questão a categoria de heterossexualidade.

As análises 8 e 9 permitirão demonstrar o modo como se dá, na obra de Campagnolo, a construção de simulacros de enunciados do discurso feminista.

4.5.1 Análise 8

Enunciado A1

Em alguns discursos psicanalíticos, a questão da homossexualidade é invariavelmente associada a formas de ininteligibilidade cultural e, no caso do lesbianismo, à dessexualização do corpo feminino. Por outro lado, usa-se a teoria psicanalítica para explicar “identidades” de gênero complexas por meio de análises da identidade, da identificação e da mascarada, como em Joan Riviere e outros textos psicanalíticos. Uma vez o tabu do incesto submetido à crítica foucaultiana da hipótese repressiva, em *História da sexualidade*, revelou-se que essa **estrutura proibitiva ou jurídica** tanto **instala a heterossexualidade compulsória no interior de uma economia sexual masculinista** como possibilita um questionamento dessa economia. Seria a psicanálise uma investigação anti-fundamentalista a afirmar o tipo de complexidade sexual que desregula eficientemente códigos sexuais rígidos e hierárquicos, ou preservaria ela um conjunto de suposições não confessadas sobre os fundamentos da identidade, o qual funciona em favor dessas hierarquias? (BUTLER, 2020, p. 11-12, grifo nosso).

Enunciado A2

Numa passagem que revela o inconsciente homoerótico⁵ da economia falôcentrica, Lévi-Strauss **apresenta a ligação entre o tabu do incesto e a consolidação dos laços homoeróticos**: “A troca – e, conseqüentemente, a regra da exogamia⁶ – não é simplesmente a da permuta de bens. A troca – e, conseqüentemente, a regra da exogamia que a expressa – tem em si mesma um valor social. Propicia os meios de manter os homens vinculados.” **O tabu produz a heterossexualidade exogâmica**, a qual Lévi-Strauss compreende como obra ou realização artificial de uma heterossexualidade não incestuosa, obtida mediante a proibição de uma sexualidade mais natural e irrestrita (hipótese partilhada por Freud em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*). (BUTLER, 2020, p. 80-81, grifo nosso).

Enunciado B

⁵ Homoerótico: referente a ou próprio do homoerotismo que significa, em psicologia, relação erótica, sem ser necessariamente sexual e genital, entre pessoas do mesmo sexo; em psicanálise, significa satisfação encontrada por meio de um *objeto* do mesmo sexo; homossexualidade (HOMOERÓTICO, 2022).

⁶ Exogamia significa cruzamento de indivíduos não aparentados ou com grau de parentesco distante (EXOGAMIA, 2022).

Judth Butler, feminista reconhecida por sua defesa da ideologia de gênero, também sustenta que a proibição do incesto (relações sexuais entre pais e filhos) é um tabu que serve para “impor identidades de gênero”. Afirma que esse tabu se revelou uma **“estrutura proibitiva ou jurídica”** que **“instala a heterossexualidade compulsória no interior de uma economia sexual masculinista”**. Para ela, tendências homossexuais e incestuosas são naturais nas crianças. Prestando homenagem a Lévi-Strauss e Freud, ela ainda **“apresenta a ligação entre o tabu do incesto e a consolidação dos laços homoeróticos, [pois], o tabu do incesto produz a heterossexualidade exogâmica”** que seria, segundo Butler, uma artificialidade. Ou seja, por um lado, considera as predisposições masculinas e femininas como sendo artificiais, por outro, diz que tudo o que está ligado ao homossexualismo e ao incesto é natural. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 262, grifo nosso).

No enunciado B encontramos duas citações procedentes do texto-fonte, ao qual nos referimos como enunciados A1 e A2. O excerto pertencente ao enunciado A1 se encontra no prefácio da obra, em que a autora faz uma pequena descrição sobre a divisão do livro e sobre o que vai ser exposto em cada capítulo. Nesse trecho do enunciado A1 da obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão das identidades*, Butler expõe, de forma sucinta, como alguns textos sobre teoria da psicanálise tratam questões como a heterossexualidade e as identidades de gênero, citando inclusive teóricos da psicanálise. Da mesma forma, a estudiosa menciona o tabu do incesto “submetido à crítica foucaultiana da hipótese repressiva, em *História da sexualidade*” (BUTLER, 2020, p. 80). No final do excerto, Butler (2020) questiona a psicanálise, através de uma pergunta: “Seria a psicanálise uma investigação anti-fundamentalista a afirmar o tipo de complexidade sexual que desregula eficientemente códigos sexuais rígidos e hierárquicos, ou preservaria ela um conjunto de suposições não confessadas sobre os fundamentos da identidade, o qual funciona em favor dessas hierarquias?”

No enunciado A1, é exposta pela autora a perspectiva foucaultiana apresentada no texto *História da sexualidade* sobre o tabu do incesto, temática referida também no enunciado A2, mas sob a perspectiva de Lévi-Strauss. No entanto, no enunciado B, afirma-se, que a filósofa “sustenta”, “afirma” (que “segundo Butler”) o que é afirmado por Foucault e Lévi-Strauss, de modo a identificá-la como autora (e não apenas como fiadora) das teses apresentadas em A1 e A2. Esse é mais um modo de o discurso antifeminista construir simulacros do discurso feminista.

4.5.2 Análise 9

Enunciado A

As mulheres também são uma “diferença” que não pode ser compreendida como simples negação ou como o “Outro” do sujeito sempre masculino. Como discutido anteriormente, elas não são nem o sujeito nem o seu Outro, mas uma diferença da economia da oposição binária, um ardil, ela mesma, para a elaboração monológica do masculino. A noção de que o sexo na linguagem hegemônica como *substância*, ou, falando metafisicamente, como ser idêntico a si mesmo, é central para cada uma dessas concepções. Essa aparência se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou do discurso, que oculta o fato de que “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível. Para Irigaray⁷, a gramática jamais poderá ser um índice seguro das relações de gênero, precisamente porque sustenta o modelo substancial do gênero como sendo uma relação binária entre dois termos positivos e representáveis. Na opinião de Irigaray, a gramática substantiva do gênero, que supõe homens e mulheres assim como seus atributos de masculino e feminino, é um exemplo de sistema binário a mascarar de fato o discurso unívoco e hegemônico do masculino, o falocentrismo, silenciando o feminino como lugar de uma multiplicidade subversiva. Para Foucault, a gramática substantiva do sexo impõe uma relação binária artificial entre os sexos, bem como uma coerência interna em cada termo desse sistema binário. **A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica. Para Wittig, a restrição binária que pesa sobre o sexo atende aos objetivos reprodutivos de um sistema de heterossexualidade compulsória; ela afirma, ocasionalmente, que a derrubada da heterossexualidade compulsória irá inaugurar um verdadeiro humanismo da “pessoa”, livre dos grilhões do sexo.** Em outros contextos, ela sugere que a profusão e difusão de uma economia erótica não falocêntrica irá banir as ilusões do sexo, do gênero e da identidade. Em mais outras passagens de seu texto, parece que **“a lésbica” emerge como um terceiro gênero, prometendo transcender a restrição binária do sexo**, imposta pelo sistema da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2020, p. 46-47, grifo nosso).

Enunciado B

O que pretendem teóricas como Butler e Wittig, representantes deste pensamento revolucionário, é erradicar da percepção humana as mais básicas distinções de sexo, combatendo o que chamam de “heterossexualidade compulsória”. A ideologia de gênero e suas crias não têm limites para especulações, no mínimo, irresponsáveis. Algumas feministas chegam a ignorar a fatalidade da diferença dos corpos e, sob o discurso de libertar a humanidade da escravidão de sua condição sexual, propõem um novo padrão: “A lésbica”. **A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica. Para Wittig, a restrição binária que pesa sobre o sexo atende aos objetivos reprodutivos de um sistema de heterossexualidade compulsória; ela afirma, ocasionalmente, que a derrubada da heterossexualidade compulsória irá inaugurar um verdadeiro humanismo da “pessoa”, livre dos grilhões do sexo[...] a lésbica emerge como um terceiro gênero, prometendo transcender a**

⁷ Luce Irigaray é uma pensadora do feminismo francês contemporâneo. Em seu percurso intelectual encontram-se os traços da filosofia derridiana, merleau-pontyana, deleuziana, heideggeriana e a acentuada influência lacianiana (CORTÉS, 2018).

restrição binária do sexo. A escritora francesa e teórica feminista Monique Wittig publicou um texto intitulado “Ninguém nasce mulher” em que defende que a força dos conceitos e ideias se efetiva de tal maneira no mundo prático que as nossas impressões corporais a respeito do sexo foram direcionadas por um modo de pensar heterossexual. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 239, grifo nosso).

O excerto A traz um questionamento sobre a verdadeira existência de dois gêneros. Existem dois posicionamentos e duas leituras sobre o gênero nos enunciados A e B. O enunciado B lê o gênero considerando a perspectiva da biologia, melhor dizendo, a determinação do sexo⁸ como: XY machos e XX fêmea. No enunciado A, encontramos uma leitura sobre os gêneros sob uma perspectiva social, ou seja, mesmo que uma pessoa tenha nascido XX (fêmea), ela pode ser socialmente um homem. No enunciado B podemos encontrar um excerto extraído da obra de Judith Butler que fala sobre a feminista Wittig e de suas perspectivas sobre os gêneros. De tal excerto foram omitidos dois pequenos fragmentos; a omissão do primeiro está sinalizada por três pontos entre colchetes; a do segundo (no final da frase) não recebe nenhum tipo de sinalização. Esses fragmentos omitidos explicam que fora do padrão de uma sociedade falocêntrica, a determinação social de gênero pode emergir. Em B, Campagnolo também faz menção à sugestão de Wittig de um terceiro gênero, “a lésbica”. No texto-fonte, esse terceiro gênero terminaria com a heterossexualidade compulsória. Entretanto, a FD antifeminista lê o que Wittig propõe como /+terceiro gênero/ (“a lésbica”) como a proposta de um novo padrão /-novo padrão/.

No Quadro 4, sistematizamos o sema valorizado pelo sistema de restrições da FD feminista e o simulacro dele construído pela FD antifeminista.

Quadro 4 - Sema valorizado pela FD feminista e simulacro dele construído pela FD antifeminista

Semas reivindicados pela FD feminista	Simulacros construídos pela FD antifeminista
/+terceiro gênero/	/-novo padrão/

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à problemática da aforização, vale destacar que, em B, as omissões de trechos das citações (já referidas anteriormente) descontextualizam as citações e, como,

⁸ A **determinação do sexo**, na maioria das espécies, ocorre por meio de genes situados em cromossomos, denominados de cromossomos sexuais. Na maior parte dos vertebrados, incluindo a espécie humana, as fêmeas apresentam um par de cromossomos sexuais idênticos (XX). Nos machos, os cromossomos são diferentes (XY) (SANTOS, 2022).

consequência, produzem uma opacidade de sentido, tal como previsto nas teorizações de Maingueneau (2010, p. 15): “A descontextualização das aforizações é acompanhada por uma opacidade de sentido, que exige um trabalho interpretativo”. Esse trabalho interpretativo a que se refere o autor é, no enunciado B, conduzido por Campagnolo de acordo com as restrições semânticas do posicionamento antifeminista em que ela se inscreve, como testemunha a construção do simulacro acima descrita.

4.6 Análise capítulo V: O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista

Nesta quinta seção, faremos a análise de dois excertos encontrados no quinto e último capítulo do livro *Perversão: feminismo e subversão* de Ana Caroline Campagnolo (2019). O capítulo em questão se intitula “O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista”, no qual a autora, segundo suas próprias palavras, apresenta “a vida infeliz que algumas feministas levaram a fim de demonstrar a necessidade de uma reação ou fuga para longe desse movimento” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 31). Também trata da presença militante da ideologia feminista nos programas de pesquisas do Ensino Superior.

Os excertos analisados nesta seção são dos livros *Reivindicação dos direitos da Mulher* de Mary Wollstonecraft (2016) e *A sujeição das mulheres* de Stuart Mill (2019). Outros fragmentos do livro de Wollstonecraft já foram analisados na primeira seção deste capítulo, mas, em função do número de citações que Campagnolo (2019) faz dele, retomaremos aqui mais uma citação feita dessa obra. O segundo fragmento analisado nesta seção é da obra de Mill (publicada pela primeira vez em 1869); Mill foi um dos primeiros filósofos da era vitoriana a defender a emancipação das mulheres e a garantia dos seus direitos pessoais, legais e políticos. Na sua obra ele defendeu que as mulheres deveriam ter direitos sobre a propriedade, sobre o voto e também exercer carreira política ou qualquer outra carreira profissional.

A seguir apresentaremos as análises 10 e 11.

4.6.1 Análise 10

Enunciado A

A trajetória de Mary Wollstonecraft não foi menos incendiária nem trágica: ela e os irmãos viviam sob o jugo do pai, um déspota doméstico que não somente dilapidou os bens da família em negócios desastrosos, como os obrigou a constantes mudanças de residência. Aos dezenove anos, Mary sai

de casa e passa a se sustentar por meio de um emprego doméstico, insatisfatório. Em 1784, junto com a irmã Eliza, que ajudara a escapar de um marido violento, ela funda uma escola em Newington Green, comunidade com forte presença de livres pensadores. Essa experiência de ensino dá início a sua intensa atuação em prol da educação feminina. Em 1787, publica o panfleto *Thoughts on the Education of Daughters: with Reflections on Female Conduct, in the More Important Duties of Life* e passa a dedicar-se à literatura, tornando-se tradutora e conselheira de Joseph Johnson, editor de textos radicais. Em 1788, com o lançamento da revista *Analytical Review*, Mary começa a contribuir regularmente para a publicação, o que lhe dá acesso à vanguarda intelectual e artística da Inglaterra, incluindo Thomas Paine, William Blake e Henry Fuseli, admirador de Rousseau, assim como Mary. **O entusiasmo dela por Fuseli transformou-se em amor e, como o artista era casado, Mary propôs à mulher dele que compartilhassem o marido. Ao fazer tal proposição, veementemente rechaçada, Mary agiu com absoluto desrespeito pela monogamia obrigatória e, principalmente, assumiu o papel ativo de sujeito do desejo. É essa coragem em expor seus sentimentos e desejos que constitui seu precioso legado e, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade. Dessa maneira, a Reivindicação dos direitos da mulher resulta tanto uma trajetória de lutas militantes de Mary como de seus enfrentamentos contra a moral sexista e conservadora da época.** (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 11, grifo nosso).

Enunciado B

De todos os livros feminista que li, o de Wollstonecraft é, certamente, o que menos incômodos me causou. Há vários pontos legítimos e, talvez, até cristianíssimos. Não se pode dizer o mesmo de sua vida, o que eleva Mary da intitulada *Memories of the Author of A Vindication of the Rights of Women*, de onde se extraem as informações mais confiáveis sobre a vida de Mary. Maria Lygia Quartim de Moraes, feminista brasileira que assina o prefácio do livro de Wollstonecraft publicado pela Boitempo, conta, com aparente altivez, sobre a maneira inescrupulosa como o casamento monogâmico era tratado pela autora de *A Vindication of the Rights of Women*: **O entusiasmo dela por Fuseli transformou-se em amor e, como o artista era casado, Mary propôs à mulher dele que compartilhassem o marido. Ao fazer tal proposição, veementemente rechaçada, Mary agiu com absoluto desrespeito pela monogamia obrigatória e, principalmente, assumiu o papel ativo de sujeito do desejo [...] É essa coragem em expor seus sentimentos e desejos que constitui seu precioso legado [...] Dessa maneira, a [obra] *Uma reivindicação dos direitos da mulher* resulta tanto de uma trajetória de lutas militantes de Mary como de seus enfrentamentos contra a moral sexista e conservadora da época.** (CAMPAGNOLO, 2019, p. 328, grifo nosso).

O enunciado A, extraído do prefácio do livro *Reivindicação dos direitos da mulher*, escrito pela feminista Maria Lygia Quartim de Moraes, conta uma passagem da vida de Wollstonecraft, em que ela se apaixona por um homem casado e propõe a sua esposa que compartilhem o marido. No excerto B, ao se citar parte do enunciado A, subtrai-se parte do

texto (subtração que está sinalizada por três pontos entre colchetes), mais especificamente a parte em que se menciona a vulnerabilidade de Mary Wollstonecraft decorrente da opção por expor seus desejos e sentimentos.

A FD feminista lê o ato de Mary Wollstonecraft como “coragem de expor seus sentimentos”, enquanto a FD antifeminista interpreta esse mesmo ato, em seu registro negativo, como “maneira inescrupulosa como o casamento monogâmico era tratado” por Wollstonecraft. São duas leituras distintas sobre o mesmo acontecimento: a FD feminista o interpreta como coragem (/+coragem/), enquanto a FD antifeminista o interpreta como (/inescrupuloso/). Do mesmo modo, atribuem-se valores diferentes à Wollstonecraft: a FD feminista a interpreta como vulnerável (/+vulnerável/), enquanto a FD antifeminista a interpreta, em seu registro negativo, como hipócrita (-/hipócrita/). Isso ocorre porque o discurso antifeminista traduz o discurso feminista de acordo com seu sistema de restrições semânticas e, assim sendo, só pode ler o seu Outro, construindo dele simulacros.

4.6.2 *Análise 11*

Enunciado A

Ainda é a tendência comum da natureza humana: o poder quase ilimitado apresentado pelas instituições sociais que proporcionam ao homem pelo menos um ser humano – aquele com quem ele vive e está sempre presente. Este poder busca e desperta os germes latentes do egoísmo nos cantos mais remotos da natureza masculina, inflama os lampejos mais tímidos e as emoções reprimidas. O poder também dá permissão ao homem para indulgência daqueles pontos de seu caráter original que, em todas as outras relações, ele teria achado necessário reprimir ou esconder – e a repressão destes pontos, com o tempo, se tornaria uma segunda natureza. Eu sei que há outro lado da questão. Admito que **a esposa, quando não pode realmente resistir, pode pelo menos revidar. Ela também pode tornar a vida do homem extremamente desconfortável e, por meio deste poder, ela é capaz de defender muitos propósitos** sobre os quais ela deveria ou não prevalecer. Mas este instrumento de autoproteção – que por ser chamado de poder da mulher rabugenta, ou punição geniosa – possui um defeito crucial: é eficaz, na maioria das vezes, contra os superiores menos tiranos e a favor de dependentes que menos merecem. (MILL, 2019, p. 50, grifo nosso).

Enunciado B

Apesar de as Escrituras definirem um alto padrão moral para os cônjuges e claramente aconselharem o perdão como solução, não o divórcio, Moisés também concedia cartas de divórcio com o objetivo de poupar as mulheres de maridos negligentes e insatisfeitos que poderiam tornar suas vidas um

martírio. Aliás, ainda o liberal Mill nos recorda da habilidade também feminina de tornar a vida dos maridos um inferno: **“A esposa, quando não pode realmente resistir, pode pelo menos revidar, ela também pode tornar a vida do homem extremamente desconfortável e, através deste poder, ela é capaz de defender muitos propósitos.”** É verdade que a Igreja condena o divórcio e as Escrituras claras quando Jesus afirma que a solução para o casal deve ser o perdão e jamais a separação. Novamente, o cristianismo coloca homens e mulheres em pé de igualdade. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 309-310, grifo nosso).

No enunciado A, Stuart Mill expõe que a sociedade concede aos homens muito poder, o que gera um egoísmo masculino que, muitas vezes, é exercido sobre as mulheres. As mulheres, em consequência, algumas vezes reagem, tornando “a vida do homem extremamente desconfortável”. Entretanto, Mill justifica essas reações como “um instrumento de autoproteção”. Já no enunciado B, Campagnolo afirma que Mill “recorda da habilidade feminina de tornar a vida dos maridos um inferno”. Em função desse movimento enunciativo, o que para o posicionamento feminista é lido como desconforto (/+desconforto/), a FD antifeminista traduz como um inferno (/inferno/). Há uma interincompreensão entre as duas formações discursivas, uma vez que os

enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro de dele constrói. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 100).

No Quadro 5, sistematizamos os semas valorizados pelo sistema de restrições da FD feminista e os simulacros deles construídos pela FD antifeminista.

Quadro 5 - Semas valorizados pela FD feminista e simulacros deles construídos pela FD antifeminista

Semas reivindicados pela FD feminista	Simulacros construídos pela FD antifeminista
/+coragem/	/-inescrupuloso/
/+ vulnerabilidade/	/-hipocrisia/
/+desconforto/	/-inferno/

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à problemática da aforização, vale destacar que em B (nas duas análises), ocorrem omissões (por exemplo, na análise 11, Campagnolo, ao citar A, omite um fragmento que explica que “tornar a vida dos maridos desconfortável”, é um instrumento de autoproteção). Tais omissões descontextualizam as citações e, como, consequência, produzem uma opacidade de sentido, que exige um trabalho interpretativo do co-enunciador, que é conduzido pelo aforizador, em função das restrições semânticas do posicionamento em que ele se inscreve.

Essas aforizações podem trazer interpretações diversas e uma destextualização do texto fonte, que contradiz o pensamento do seu locutor.

4.7 Quadro de análises

Considerando o confronto entre os posicionamentos feminista e antifeminista, chegamos ao Quadro 6, que expõe os semas reivindicados pela formação discursiva feminista e seus respectivos simulacros construídos pela formação discursiva antifeminista.

Quadro 6 - Semas valorizados pelos sistemas de restrições antifeminista e feminista

Semas reivindicados pela FD feminista	Simulacros construídos pela FD antifeminista
/+ escravidão/	/- conforto/
/+ dependência/	/- mediocridade/
/+ aprendizagem/	/- desinteresse/
/+ engano/	/- proteção/
/+ encorajamento/	/- fracasso/
/+biologia/	/-natureza/
/+homem/	/-macho/
/+subordinação/	/-ódio/
/+ terceiro gênero/	/- novo padrão/
/+coragem/	/-inescrupuloso/
/+vulnerabilidade/	/-hipocrisia/
/+desconforto/	/-inferno/

Fonte: elaborado pela autora.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a analisar a polêmica entre os posicionamentos feminista e antifeminista, instaurada no livro *Feminismo: perversão e subversão*, de autoria da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (2019). Entretanto, no desenrolar desse trabalho, pudemos perceber um considerável volume de citações diretas, provenientes de livros feministas. Assim, considerou-se relevante mobilizar tais livros como *corpus* complementar, para averiguar o modo como citações de livros feministas eram incorporadas pelo discurso antifeminista.

Para análise, foram mobilizadas algumas das noções propostas por Dominique Maingueneau, tais como as de polêmica, interincompreensão, simulacro, aforização e destacabilidade. O procedimento analítico possibilitou identificar aspectos relevantes sobre a constituição do posicionamento discursivo antifeminista, dentre os quais talvez o mais relevante seja o seguinte: os fragmentos de livros feministas encontrados no livro de Campagnolo são ressignificados de acordo com as coerções impostas pelo funcionamento do sistema de restrições semânticas da FD antifeminista, que constrói simulacros de seu Outro, a fim de validar-se a si mesmo. A própria Campagnolo (2019, p. 33) permite entrever esse funcionamento:

Estou convicta, e quero convencer o meu leitor de uma verdade apenas: o feminismo é um movimento político que contribui para o desenvolvimento e a crescente amargura entre os sexos, acelera a desagregação familiar, induz à eterna insatisfação e à libertinagem sexual, valendo-se para isso de discursos sofistas, pesquisas fajutas e manchetes tendenciosas, geralmente às custas de dinheiro de contribuintes alheios ou contrários a tais objetivos. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 33)

Com relação aos objetivos desta dissertação, convém destacar que seu intuito não era comprovar a veracidade e os objetivos de cada movimento, mas sim averiguar o funcionamento da polêmica entre eles, observando, de maneira mais específica, o modo pelo qual o discurso antifeminista traduz o discurso feminista e constrói dele simulacros desse.

Indiscutivelmente, não foram esgotadas todas as possibilidades de análise do *corpus* de análise selecionado, de modo que outros recortes, abordagens e formulações poderiam ter sido/ poderão ser feitas, tomando a Análise do Discurso como base teórica. Como perspectivas futuras, vislumbra-se a possibilidade de reanalisar esse *corpus* a partir, por exemplo, das categorias de *ethos* e de cena de enunciação.

REFERÊNCIAS

- BARONAS, Roberto Leiser; COX, Maria Inês Pagliarini. Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 13, n. 1, p. 65-93, jan./abr. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S1518-76322013000100004>.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo: perversão e subversão**. Campinas: Vide Editorial, 2019.
- CORTÉS, Olga Nancy Peña. A filosofia feminista de Luce Irigaray. **Kalagatos: Revista de Filosofia, Fortaleza**, v. 15, n. 2, p. 71-84, 2018. DOI <https://doi.org/10.23845/kgt.v15i2.745>.
- CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. **Revista de Estudos de Cultura**, [s. l.], ano 1, p. 33-42, 15 mar. 2015. DOI <https://doi.org/10.32748/revec.v0i01.3651>.
- EXOAMIA. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=exogamia>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- FOLTER, Regiane. O que é patriarcado? [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/patriarcado/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- HOMOERÓTICO. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=hemoerotico>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. Citação e destacabilidade. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. **Cenas da enunciação**. Org. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organização de Sírio Possenti. Tradução de Adail Sobral... [et al.]. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. Tradução de Sírio Possenti et al. São Paulo: Parábola, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MAINGUENEAU, D. Les énoncés détachés dans la presse écrite. De la surassertion à l'aphorisation. **Revue Tranel** (Travaux neuchâtelois de linguistique), v. 44, p. 107-120, 2006.

MIGUEL ÁLVAREZ, Ana. **Los feminismos a través de la historia**. [S. l.], 1995. Disponível em: <http://www.mujiresenred.net/anademiguel.html>. Acesso em 18 out. 2021.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Lafonte, 2019.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1974. Disponível em: <https://seminariolecturasfeministas.files.wordpress.com/2012/01/kate-millett-polc3adtica-sexual.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MUSSALIM, Fernanda. A enunciação aforizante: o caso do gênero manifesto. **D.E.L.T.A.**, [s. l.], n. 29, p. 467-484, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-44502013000300006>.

NÓBREGA, Mariana. **Quem foram as sufragettes?** [S. l.], 2015. Disponível em: <https://pandoralivre.com.br/2015/12/25/quem-foram-as-suffragettes/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

SANTOS, Helivania Sardinha dos. Determinação genética do sexo. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.biologianet.com/genetica/determinacao-genetica-sexo.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.